

Universidade Federal do Rio Grande – FURG
Instituto de Educação – IE
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA
Mestrado em Educação Ambiental

CILENE DE OLIVEIRA ORTIZ

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DE
SERVIÇO DE SAÚDE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA
JR – HU FURG

Rio Grande, RS
2018

CILENE DE OLIVEIRA ORTIZ

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DE
SERVIÇO DE SAÚDE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA
JR – HU FURG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Ambiental.

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Não Formal (EANF).

Orientadora: Profa. Dra. Dione Iara Silveira Kitzmann

FURG – Rio Grande, RS

2018

Ficha catalográfica

O775e Ortiz, Cilene de Oliveira.

Educação ambiental no processo de gestão dos resíduos de
serviço de saúde: Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr –
HU FURG / Cilene de Oliveira Ortiz. – 2018.

91 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande –
FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental,
Rio Grande/RS, 2018.

Orientadora: Dra. Dione Iara Silveira Kitzmann.

1. Educação Ambiental 2. Práticas Educativas 3. Resíduos de
Serviço de Saúde 4. Hospital Universitário I. Kitzmann, Dione Iara
Silveira II. Título.

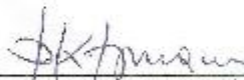
CDU 628.4.046

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

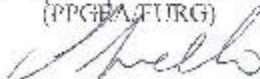
Cilene de Oliveira Ortiz

*"Educação Ambiental no processo de gestão dos resíduos de serviço de saúde:
Hospital universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr – HU FURG"*

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof.^a. Dr.^a. Dione Jara Silveira Kitzmann
(PPGEA/FURG)



Prof.^a. Dr.^a. Lúcia de Fátima Soccoowski de Anello
(PPGEA/FURG)



Prof.^a. Dr.^a. Luciana Bithalva Corrêa
(UEPPEL)

<i>E se ninguém me der força</i>	<i>E se for melhor parar do que</i>
<i>E se ninguém confiar</i>	<i>caminhar para frente</i>
<i>E se eu for invisível</i>	<i>E se o amor for dor</i>
<i>E se ninguém me enxergar</i>	<i>Se todo sonhador não passar de</i>
<i>E se eu perder a fé</i>	<i>um pobre louco</i>
<i>E se eu não conseguir ficar de pé</i>	<i>E se eu desanimar</i>
<i>E se voltar a cair</i>	<i>Se eu parar de sonhar, queda a</i>
<i>Se a lágrima escorrer</i>	<i>queda, pouco a pouco</i>
<i>E se por medo de sofrer eu</i>	<i>E se quem eu mais confio me</i>
<i>pensar em desistir</i>	<i>ferir, me magoar</i>
<i>E se quando eu cair, ninguém</i>	<i>Se a ferida for grande</i>
<i>me estender à mão</i>	<i>Se não cicatrizar</i>
<i>E se quando eu me perder sem</i>	<i>Se na hora da batalha minha</i>
<i>rumo e sem direção</i>	<i>coragem for falha</i>
<i>E se eu não achar o caminho</i>	<i>Se faltar sabedoria</i>
<i>E se eu estiver sozinho no</i>	<i>Se a derrota chegar</i>
<i>labirinto da vida</i>	<i>Se ninguém me abraçar na hora</i>
<i>E se tudo for escuro</i>	<i>da agonia</i>
<i>E se eu não vir um futuro, na</i>	<i>E se for tarde demais</i>
<i>estrada a ser seguida</i>	<i>E se o tempo passar...</i>
<i>E se esse tal futuro for pior que o</i>	<i>Se o relógio da vida do nada se</i>
<i>presente</i>	<i>adiantar</i>

*E se avistar o fim chegando
perto de mim impiedoso e veloz,
sem poder retroceder me
fazendo perceber que o Se foi
meu algoz*

E se eu pudesse voltar

*Se o **SI** fosse diferente*

Se eu disse pra mim mesmo

Se renove

Siga em frente

Se arrisque

Se prepare

Se cair, jamais pare!

Se levante

Se refaça

Se entenda

Se reconheça

*E se chorar, agradeça cada vez
que achou graça*

*Se desfaça da preguiça, do medo,
da covardia*

*Se encante pela chance de viver
um novo dia*

Se ame e seja amor

Se apaixone, por favor!

Se queira e queira bem

Se apegue

Se desapegue

Se agite e

Se desassossegue

E se acalme também

Se olhe

Se valorize

Se permita errar

*Se dê de presente a chance de
pelo menos tentar*

*Se o **SI** for bem usado o
impossível sonhado pode*

Se realizar!

Bráulio Bessa

Dedico essa Pesquisa ao meu amado filho,
pessoa que me inspira e me faz ser melhor a
cada dia e ao Maurício que tem sido meu
companheiro de vida e grande incentivador de
diferentes maneiras.
Vocês são meu porto.

Agradecimento

Registro meus agradecimentos a todos os que partilharam o trilhar de mais uma etapa de aprendizado, contribuindo, direta e indiretamente, para que eu realizasse esta pesquisa, apoiando-me e dando-me forças em todos os momentos.

Minha gratidão, em primeiro lugar, ao universo de suas diversas formas e maneiras de se manifestar, pela força e amparo em todas as fases desta trajetória, os bons e os não tão bons momentos desta importante caminhada, por estar comigo sempre, sendo meu refúgio e fortaleza.

Agradeço a minha família, Maurício e Guilherme por todo apoio, compreensão e incentivo, meu objetivo foi sempre deixá-los orgulhosos, espero que tenha conseguido. Amo vocês infinitamente.

À minha querida orientadora, **Profª. Drª Dione Iara Silveira Kitzmann**, pelo incentivo constante e fundamental apoio em minhas escolhas para o aprimoramento profissional, por acreditar sempre na minha capacidade de superar os desafios e seguir em busca dos meus sonhos, pela dedicação, suporte, tranquilidade e compreensão na condução da elaboração deste trabalho, pela oportunidade de ao seu lado ampliar meus horizontes de conhecimento, além da amabilidade, das agradáveis horas compartilhadas.

Agradeço imensamente às Professoras Lúcia Anello e Lucíara Bilhalva presentes no Exame de Qualificação e da Defesa, por suas valiosas sugestões e contribuições.

À minha querida amiga **Michele Navarros Cintra**, que mesmo distante fisicamente se fez presente e esteve ao meu lado quase que diariamente, me dando força, me incentivando, me apoiando. Amo você!

As minhas amigas e amigos que moram no Rio de Janeiro e em Porto Alegre que sempre me apoiaram e me incentivaram de diferentes maneiras.

Aos meus queridos colegas do PPGEA, pessoas maravilhosas que cruzaram meu caminho, com as quais aprendi muito a ser um ser humano melhor.

Agradeço imensamente aos docentes do PPGEA, em especial o Prof. Luís Fernando Minasi, professor que me fez descobrir uma apaixonada pela educação, por nossos memoráveis almoços as sextas.

Às minhas queridas amigas Joelma Furtado, Cacá, Denise e Gabriela Freitas pelo companheirismo, pelos momentos de escuta, por toda força, atenção, estímulo, por serem presentes na minha vida e me incentivarem sempre a não desistir dos meus sonhos, pelos bons momentos que compartilhamos durante esta jornada e por tornarem esse período mais alegre.

Aos meus dois grandes amigos **Junior Mota** e **Jeferson soares**, vocês são meus grandes incentivadores. Gratidão por todo estímulo para prosseguir e por toda a força que vocês depositam em mim, não tenho palavras para agradecer.

Agradeço ao Rodrigo Xavier por todo amor, carinho e dedicação nesses últimos momentos de escrita, sem a tua ajuda e companhia não seria possível.

Ao grupo de amigos que formamos nesses dois anos, "os melhores", meus queridos e queridas Junior, Jeferson, Rodrigo, Ana, Cristiane, Daniele, Ionara e Marcia. Por todos os momentos de convivência, apoio e incentivo.

Não poderia deixar de agradecer a Alexandra Rodrigues pessoa tão amável e carinhosa, que me recebeu tão bem no Hospital Universitário. Gostaria de agradecer a todos os sujeitos de pesquisa por sua estimada contribuição.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro a essa pesquisa.

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo realizado no Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr/ HU FURG, situado no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul - RS. Considerando que o processo de segregação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) realizado de forma correta e consciente pelos profissionais dentro da unidade de saúde pode contribuir na redução de acidentes de trabalho, visa à minimização dos resíduos desde o ponto de origem e eleva a qualidade e eficiência dos serviços prestados, foram esclarecidas as necessidades de capacitação para dos funcionários do HU FURG. O objetivo desta pesquisa foi reconhecer as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr em relação à Educação Ambiental na gestão de resíduos de serviço de saúde, a partir do diagnóstico da situação vivenciada no dia a dia em relação ao processo de segregação dos RSS. O método de pesquisa empregado caracterizou-se por uma abordagem qualitativa, envolvendo profissionais da chefia do HU FURG. Foi realizado um estudo de caráter descritivo exploratório, onde se utilizou de análise documental, entrevista semiestruturada com a chefia dos profissionais envolvidos no processo. Os resultados da pesquisa demonstraram que os profissionais da chefia entrevistados, referiram sentir necessidade de capacitação referente à segregação de RSS. Desta forma, espera-se contribuir para a conscientização dos profissionais da área a respeito da necessidade de capacitação referente ao gerenciamento correto dos RSS.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Práticas Educativas. Resíduos de Serviço de Saúde. Hospital Universitário.

ABSTRACT

This study is the result of a study carried out at the university hospital Dr Miguel Riet Corrêa Jr/HU FURG, located in the southern extreme of the state of Rio Grande Do Sul - RS, considering that the process of segregation of health services waste (SSR) carried out correctly and consciously by professionals within the health unit can contribute to the reduction of work related accidents, aims at minimizing waste from the point of origin and quality and efficiency of the services rendered, the training needs for HU FURG. The objective of this research was to recognize the needs of the university hospital Dr Miguel Riet Corrêa Jr, in relation to environmental education in the management of health service waste, from the diagnosis of the situation experienced in the day to day in relation the process of segregation of the RSS. The employed research method was characterized by a qualitative approach involving of HU FURG. A descriptive exploratory study was carried out, wher documentary analysis was used, a semi-structured interview with the heads of the professionals involved in the process. The research results showed that the interviewed professionals of the head said they felt the need for training regarding the segregation of RSS. In this way, it is hoped to contribute to the awareness of professionals in the area regarding the need for training regarding the correct management of RSS.

Keywords: Environmental Education. Educational Practices. Waste Health Services. University Hospital

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AC - Análise de Conteúdo
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
EA - Educação Ambiental
FURG - Universidade Federal do Rio Grande
HU – Hospital Universitário
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IE- Instituto de Educação
IES – Instituições de Ensino Superior
LOR - Licença de Operação de Regularização
PEA – Programa de Educação Ambiental
PGA – Práticas de Gestão Ambiental
PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos
PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
ProNEA - Programa Nacional De Educação Ambiental
RDC - Resolução da Diretoria Colegiada
RSS – Resíduos de Serviço de Saúde
SMMA - Secretaria de Município de Meio Ambiente do Rio Grande

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tríade das Práticas de Gestão Ambiental.....	26
Figura 2: Fachada do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.....	30
Figura 3: N° de respondentes para a pergunta “O Sr(a) tem formação ou experiência no tema de gestão de resíduos hospitalares?.....	52
Figura 4: N° de respondentes para a pergunta “O Sr(a) conhece o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde do HU-FURG? Tem envolvimento com o mesmo?”.....	53
Figura 5: N° de respondentes para a pergunta “Na sua unidade, há problemas na gestão de resíduos? Quais seriam?”.....	54
Figura 6: N° de respondentes para a pergunta “ E no HU-FURG como um todo, há problemas na gestão de resíduos?”.....	56
Figura 7: N° de respondentes para a pergunta “Há um setor específico para a gestão dos resíduos no HU-FURG?”.....	56
Figura 8: N° de respondentes para a pergunta “O sr(a) já recebeu algum tipo de capacitação referente ao gerenciamento de resíduos? Qual? Quantas vezes?.....	56
Figura 9: N° de respondentes para a pergunta “Os funcionários da sua unidade recebem algum tipo de formação para esta atividade?”.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Administração de Pessoal do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.-HU-FURG.....	37
Quadro 2: Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	39
Quadro 3: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR	45
Quadro 4: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR	46
Quadro 5: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR	46
Quadro 6: categoria obtida através da análise dos subprogramas do Programa de Educação Ambiental – PEA	49
Quadro 7 – Pergunta quanto ao grau de impacto dos Resíduos de Serviço de Saúde gerados no HU-FURG.....	50
Quadro 8 – Pergunta qual a importância do PGRSS para o HU-FURG?.....	53
Quadro 9 – Pergunta qual o papel dos funcionários na gestão de resíduos no HU-FURG?.....	58
Quadro 10 – Demonstra as categorias que emergiram dos apontamentos dos gestores referente à capacitação em Gestão de Resíduos de Saúde no HU-FURG.....	59

SUMÁRIO

Capítulo 1 - APRESENTAÇÃO	14
Capítulo 2 - INTRODUÇÃO	16
Capítulo 3 - REVISÃO DA LITERATURA.....	19
3.1 Os Resíduos Sólidos no contexto de uma Instituição Hospitalar	19
3.3 Programa de Educação Ambiental – PEA no espaço institucional	21
3.4. Gestão Ambiental: um processo formativo-participativo	23
3.5 Educação Ambiental: etapa basilar à formação da cidadania ambiental	27
Capítulo 4 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIETH CORRÊA Jr.....	29
4.1 O lugar da pesquisa e seu contexto: vivências e experiências	29
4.2 O que o hospital vem realizando com a temática resíduos sólidos?	34
Capítulo 5 - PERCURSO METODOLÓGICO	36
5.1. Considerações sobre as estratégias metodológicas	36
5.2. Sujeitos da pesquisa	37
5.3 Ferramentas da pesquisa	40
5.3.1 Análise Documental	40
5.3.2 Entrevista Semiestruturada.....	41
5.3.3 Observação Participante.....	42
5.3.4 Sistematização e análise dos dados.....	43
Capítulo 6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	45
6.1 Capacitação Ambiental nos documentos analisados	45
6.1.2 Programa de Educação Ambiental - PEA	48
6.2 Análise das Entrevistas	49

6.3 Observação Participante	62
Capítulo 7 – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	65
REFERÊNCIAS.....	68

Capítulo 1 - APRESENTAÇÃO

Minha graduação em Tecnologia em Gestão Ambiental, alcançada na Universidade Federal do Rio Grande – FURG propiciou aprendizagens com caráter multidisciplinar.

A temática dos resíduos sólidos foi abordada de maneira enfática, durante minha graduação. Vivenciamos a exigência da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 10.305/2010, portanto assunto que me acompanhou durante todo meu processo de ensino aprendizagem na FURG.

A partir dos debates em sala de aula, visitas de campo ao aterro sanitário de Rio Grande, Seminários referente à temática, essas vivencias impulsionaram meu interesse com o tema, isso referente à suas diversas abordagens. Seja mais direcionados a Educação Ambiental ou processo de Gestão Ambiental de Resíduos.

No que se refere a minha vivencia na área de resíduos, ter efetuado meu estágio na Pró-reitora de Infraestrutura – PROINFRA no ano de 2015 me oportunizou acompanhar na prática como se dá o processo de gestão de resíduos dentro da Universidade possibilitou vivenciar as dificuldades, limitações e avanços no que tange essa temática, assim como, constatar que a temática resíduos requer o envolvimento de todos, de maneira ética e responsável, para que seja possível obter êxito nos processos de gestão.

A escolha do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr – HU FURG para desenvolvimento da pesquisa se deu, por existir uma exigência legal para essa instituição referente ao gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde, também por fazer parte da FURG, ambiente que me acolheu e oportunizou grandes aprendizagens.

A partir do conhecimento adquirido no decorrer da minha trajetória acadêmica venho buscando o entendimento do processo de gestão ambiental relacionado aos resíduos sólidos numa perspectiva sistêmica, pois sua proposição vincula-se aos princípios da Educação Ambiental, buscando estimular os indivíduos a participarem do processo de construção e soluções de problemas ambientais.

É com esse olhar que busquei conduzir este trabalho, na busca de respostas e acreditando na possibilidade e potencial dos indivíduos.

No capítulo dois, intitulado **introdução** busca-se trazer ao leitor o contexto do qual a pesquisa está inserida, assim como se define o objetivo geral e específico e a problemática de pesquisa.

O terceiro capítulo traz a **revisão da literatura**, a qual contextualizará o licenciamento ambiental, o Programa de Educação Ambiental, assim como a Gestão Ambiental e a Educação Ambiental no âmbito dos resíduos do serviço de saúde.

O quarto capítulo intitulado **caracterização da área de estudo: Hospital Universitário Dr. Miguel Rieth Corrêa Jr**, descreverá a caracterização da unidade hospitalar em estudo, assim como a temática Resíduos de Serviço de Saúde.

O quinto capítulo traz **percurso metodológico**, por sua vez, descreverá como se dará as etapas da realização da pesquisa quanto à sua abordagem, às fontes de evidências, a preparação e a coleta dos dados e o seu processo de análise.

O sexto capítulo apresenta os **resultados e discussões** advindos das fontes de evidências referidos anteriormente.

O sétimo capítulo intitulado **considerações e recomendações**, o qual busca trazer reflexões sobre os caminhos percorridos na pesquisa.

E por fim, encontram-se as **referências**, os **Anexos** e os **Apêndices** do presente estudo.

Capítulo 2 - INTRODUÇÃO

Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos.

Eduardo Galeano

O tema abordado nessa pesquisa oportuniza a discussão referente à gestão de resíduos do serviço de saúde, de um Hospital Universitário, situado no extremo sul do Rio Grande do Sul – RS, particularmente no que se refere à Educação Ambiental como ferramenta da gestão de resíduos. O correto gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde faz parte das condicionantes 3.1; 3.2; 3.3; 3.4 e 3.5 da Licença Ambiental nº 127/2017 do Hospital em questão.

A preocupação com a escassez dos recursos naturais é um tema de relevante importância em todos os ambientes que constituem a nossa sociedade. Nas últimas décadas, a Gestão Pública (tanto em âmbito Federal, Estadual ou Municipal) tem olhado com significativo cuidado para o meio ambiente. (IPEA, 2016)

A legislação ambiental concomitantemente tem exigido atitudes e posturas cada vez mais cuidadosas e ambientalmente aceitáveis dos empreendimentos, e tem utilizado o licenciamento ambiental como caminho para esse regramento, por meio das condicionantes que estabelece ao permitir o licenciamento ambiental. (IPEA, 2017)

Essa temática possuiu uma importância substancial, não apenas por se tratar de regramento legislativo, pois podemos entender que a sociedade como um todo precisa rever sua postura no que se refere à escassez dos recursos naturais, o quanto suas práticas causam ou podem vir a causar danos ao meio ambiente e a sociedade, e o modo como lidamos como o mesmo. Para tanto, o setor institucional deve buscar não apenas o cumprimento do que determina a legislação ambiental e sim uma redefinição de suas ações, postura e o modo como lidar com os recursos que utiliza, assim como deve buscar constantemente maior eficiência e responsabilidade pelos resíduos que produz. (IPEA, 2017)

Essa mudança de postura deve perpassar todos os setores da instituição, pois somente com a adesão de todos que será possível implementar um novo modo de agir, que agregue o cuidado com o meio ambiente. (IPEA, 2017)

Dessa forma, essa mudança de postura deve ser pautada e amparada nas práticas e ações de Educação Ambiental (EA), buscando integrar em suas metas e filosofia institucional valores, como por exemplo, maior cuidado com o meio ambiente.

Acredita-se que o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço da Saúde (PGRSS) possui relevante importância para a instituição hospitalar, para os funcionários e conseqüentemente para o meio ambiente. Pensar em como e o quanto impactamos a natureza é de fundamental importância, pois segundo Loureiro (2006, p.16), “pensar a transformação da natureza implica refletir acerca da transformação do indivíduo”. Somos seres que necessitam constantemente da natureza, e qualquer alteração e modificação nela, causará impactos em nossa sociedade.

Os problemas ambientais, sejam eles quais forem, estão intimamente ligados com nosso modelo de produção, consumo e descarte, e que acabam sendo agravados com o nosso modo de agir com a natureza. (IPEA, 2010)

Então, o que se busca, seja no âmbito institucional ou não, é que seja possível essa troca de saberes, como afirma Freire (2016, p.118) “é práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. E que essa práxis tenha como alicerce a sustentabilidade, tendo como entendimento de que os recursos naturais são finitos e que para preservá-lo se faz necessário a problematização e tomada de consciência acerca da temática.

Loureiro (2009, p.28), coaduna com esse pensamento quando diz que “ninguém modifica a consciência separando o mundo, pois, se assim fosse, seríamos seres biológicos com psiquismo em si mesmo”. Assim, meio ambiente não é definido apenas por aspectos naturais, mais considera os aspectos históricos, culturais e de relações sociais.

Sendo assim, surge o problema que norteia essa dissertação:

Quais as demandas de EA em relação ao gerenciamento de resíduos de Serviço de Saúde do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa?

Objetivo Geral:

Reconhecer as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr em relação à Educação Ambiental na gestão de resíduos de serviço de saúde.

Objetivos Específicos:

1. Apontar quais demandas de capacitação ambiental podem emergir da Licença de Operação de Regularização e do Programa de Educação Ambiental do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr (PEA-HU)
2. Identificar quais práticas de Educação Ambiental ocorrem no Hospital Universitário.
3. Constatar junto às chefias as necessidades no âmbito do gerenciamento de resíduos de serviço de saúde e o papel das pessoas nesse processo.

Capítulo 3 - REVISÃO DA LITERATURA

*“O sujeito pensante
 não pode pensar sozinho;
 não pode pensar sem a coparticipação
 de outros sujeitos
 no ato de pensar sobre o objeto.
 Não há um ‘penso’,
 mas um ‘pensamos’.
 É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’
 e não o contrário.
 Esta coparticipação dos sujeitos
 no ato de pensar se dá na comunicação.
 O objeto, por isso mesmo,
 não é a incidência terminativa
 do pensamento de um sujeito,
 mas o mediador da comunicação.”*
 Paulo Freire

O presente capítulo compreende a apresentação referente à Educação Ambiental, gestão ambiental dos resíduos em instituição de saúde vinculada a uma Instituição de Ensino Superior (IES), apontando limites, dificuldades e possibilidades.

3.1 Os Resíduos Sólidos no contexto de uma Instituição Hospitalar

A adoção de medidas relacionadas às práticas de manejo dos Resíduos Sólidos no contexto Hospitalar se faz emergente, “uma vez que ainda é percebido um número expressivo de instituições que maneja seus resíduos de forma inadequada, ocasionando sérios riscos à saúde, e a degradação do meio ambiente” (CORRÊA et. al, 2010, p.227).

Segundo de Conto et al (2010),

Os problemas relacionados ao RSSs já iniciam na definição que é dada aos mesmos, evidenciando a necessidade de atribuir um sentido mais preciso a cada um desses termos, uma vez que estes se reportam à origem dos resíduos, ou seja, a fonte geradora (DE CONTO, S M et al., p.44, 2010).

Os mesmos autores salientam que:

A designação sólidos, por sua vez, limita o foco a parcela sólida dos resíduos dentro das instituições de saúde. Nesse sentido, o conceito Resíduos de Serviço de Saúde (RSSs) é o mais apropriado e abrange, considerando os resíduos dos mais diversos estabelecimentos de assistência à saúde humana e animal, uma vez que a el podem ser incorporados os resíduos líquidos ou semissólidos...(DE CONTO, S M et al., p.44, 2010).

Destaca-se a necessidade de dar a devida atenção aos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS), por apresentarem alto potencial de poluição e risco à saúde e meio ambiente, assim como às suas características físicas, químicas, biológicas e patogênicas (ANVISA, 2006). Segundo Seraphin (2010), é necessário um manejo específico desse tipo de resíduo, o qual merece atenção desde a sua geração até sua disposição final.

Em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) ANVISA nº 306/2004 e a Resolução do CONAMA nº 358/2005, os RSS definem-se como sendo todos os resíduos gerados nos serviços relacionados ao atendimento à saúde humana ou animal. No que se referem às fontes geradoras, estas são bastante diversas, tais como farmácias, clínicas odontológicas e veterinárias, assistência domiciliar, necrotérios, instituições de cuidado para idosos, hemocentros, laboratórios clínicos e de pesquisa, instituições de ensino, unidades básicas de saúde, entre outros (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

Conforme a RDC da ANVISA nº 306/2004, os RSS necessitam ser classificados de acordo com as suas características físicas, químicas, biológicas, origem e estado da matéria, com objetivo de realizar o gerenciamento e manejo adequado desses resíduos. De acordo com a legislação acima descrita, os RSS são subdivididos em cinco grupos: No Grupo A incluem-se os resíduos biológicos; no Grupo B, resíduos de origem química; no Grupo C, rejeitos radioativos; no Grupo D, resíduos comuns; e, no Grupo E, os materiais perfurocortantes (BRASIL, 2004; BRASIL, 2005).

Ainda de acordo com a RDC nº 306/2004 da ANVISA,

o gerenciamento de RSS é caracterizado como sendo um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente (BRASIL, 2004, p.2).

A Lei 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), descreve em seu art. 7º os seus objetivos, dos quais destacamos os de relevante importância para a presente pesquisa:

I. Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; II. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequados rejeitos; V. redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos; VII. Gestão integrada de resíduos sólidos; IX. Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos (BRASIL, 2010, p.4).

Ribeiro (2010) diz que,

o gerenciamento dos RSS constitui um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas, técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. (RIBEIRO, 2010, p.23)

Diante disso, é necessário um olhar detalhado sobre os RSS gerados no ambiente hospitalar, para que se possa realizar uma análise de todas as etapas de gerenciamento destes resíduos. Sendo assim, ao tratarmos de um ambiente institucional, é de grande relevância papel educativo que esta exerce na formação de futuros profissionais, além de contribuir num primeiro momento para a conscientização e sensibilização de todos os sujeitos envolvidos na gestão dos RSS, com o intuito de corroborar com o aperfeiçoamento de medidas preventivas de contaminação ambiental ocasionada por esses resíduos.

3.3 Programa de Educação Ambiental – PEA no espaço institucional

Destaca-se neste sentido, o conceito de licenciamento ambiental segundo a Resolução CONAMA nº 237/1997, a qual dispõe em seu art. 1º, item I como sendo o

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (CONAMA, 1997, p.01).

Corroborando com isso, Anello (2009) afirma que,

O processo técnico administrativo do licenciamento é quem suporta a Licença Ambiental. Esta, por sua vez, condiciona como obrigação do empreendedor a execução de programas de EA. Dessa forma, podemos dizer que a licença ambiental é um dos instrumentos de gestão ambiental pública que estabelece os mecanismos técnicos e administrativos para garantir a “[...] sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações”, segundo o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (ANELLO, 2009, p. 82)

A partir da Licença de Operação de Regularização – LOR nº 127/2016, emitida pela Secretaria de Município de Meio Ambiente do Rio Grande – SMMA, ficou determinada à elaboração e posterior desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental voltado aos funcionários do Hospital Universitário, relacionando-o ao seu Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS).

O Decreto nº 4.281/2002 (que regulamenta a Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA), prevê que sejam elaborados, mantidos e implementados programas de Educação Ambiental – (PEA) integrados às atividades, dentre outras, de licenciamento e de gerenciamento de resíduos (Art. 6º, inciso II).

Sendo assim, os PEAs estão previstos como um dos objetivos do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA (2014), visando “promover a incorporação da Educação Ambiental na formulação e execução de atividades passíveis de licenciamento ambiental”.

De acordo com a Instrução Normativa nº 02/2012 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, um PEA deva ser estruturado em:

Componente I (direcionado aos grupos sociais da área de influência do empreendimento) e Componente II (dirigido aos seus trabalhadores chamado de Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores – PEAT). Cada um destes Componentes será formado pelo número de subprogramas de Educação Ambiental que forem necessários para a realização do respectivo Programa. (BRASIL, 2012)

Para uma adequada implementação do PEA, é importante que seja efetuado um diagnóstico prévio, para a correta definição dos espaços que ele ocorrerá, quais serão esses processos, indivíduos, coletivos e quais valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências podem e devem ser buscados no contexto de um empreendimento (FURG,2017).

3.4. Gestão Ambiental: um processo formativo-participativo

Antes de tudo, convém ressaltar que Gestão ambiental está aqui entendida como o “conjunto de medidas organizacionais, responsabilidades práticas, procedimentos, processos e recursos de uma empresa ou de uma administração pública para a execução de sua política ambiental” (KRIEGER, et al, 2006, p. 49).

Por sua vez, Barbieri (2008) conceitua a Gestão Ambiental como

as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam (BARBIERI, 2008, p.19).

Além disso, ao abordar a pesquisa em um espaço institucional público, faz-se importante o conceito de Pozenato (2017), que define Gestão Ambiental Institucional como sendo

as atividades ligadas à dimensão socioambiental, promovidas e orientadas pelos gestores responsáveis pelos processos institucionais e desenvolvidas

por todos, com vista à melhoria contínua da instituição e da qualidade socioambiental como um todo. (POZENATO, 2017, p.20)

Quando há uma proposta de gestão ambiental a mesma deve abranger três dimensões descritas por Barbieri (2008) como:

a dimensão espacial que concerne a área na qual espera-se que as ações de gestão tenham eficácia; 2. A dimensão temática que delimita as questões ambientais às quais as ações se destinam; e 3. A dimensão institucional relativa aos agentes que tomam as iniciativas de gestão (BARBIERI, 2008, p.21).

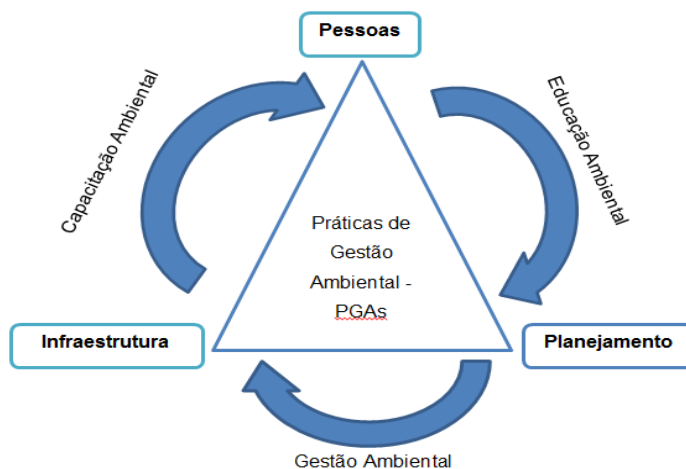
Nesse sentido, a tríade das Práticas da Gestão Ambiental, segundo Kitzmann et al. (2011) contemplam os três elementos necessários para haja articulação entre as três dimensões (Pessoas-Planejamento-Infraestrutura) para que os processos de Educação Ambiental (EA) ocorram, possibilitando assim, as condições para que ocorra a transformação dos funcionários e conseqüentemente de suas práticas.

Para melhor compreensão convém trazermos o conceito das Práticas de Gestão Ambiental de Kitzmann et al (2011), ao nos dizer que

Esse triângulo une todos os elementos de tal forma que as Práticas de Gestão Ambiental (PGAs) constituem um conjunto indissociável desses três elementos. A Infraestrutura e o Planejamento estão interligados de forma inerente à gestão ambiental, e ainda, ligam-se às pessoas, por meio de Educação Profissional e Educação Ambiental. (KITZMANN; KNUTH; MENDES, 2011).

Temos como as bases da tríade a Infraestrutura e o Planejamento, onde a primeira contribui através de sua estrutura física, dando suporte para desenvolver a Gestão Ambiental. São exemplos, os coletores de resíduos e uma central temporária de resíduos. Por sua vez, no Planejamento é que se estabelecem as metas e os objetivos, programando as ações para a transformação do modelo instituído, como por exemplo, em um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) ou um Programa de Educação Ambiental (PEA).

Figura 1 Tríade das Práticas de Gestão Ambiental.



Fonte: Modificado de Kitzmann (2009).

No topo da tríade as pessoas constituem a dimensão mais importante, a qual propicia as demais, ao mesmo tempo em que depende das mesmas. Por conseguinte, há necessidade de articulação entre as três dimensões para que os processos de Educação Ambiental (EA) ocorram, possibilitando assim, as condições para que ocorra a transformação dos funcionários e suas práticas.

No encontro dessas três dimensões (Pessoas-Planejamento-Infraestrutura) emergem os processos de Educação Ambiental, Capacitação Ambiental e de Gestão Ambiental, os quais, portanto, estão interligados e assim devem ser tratados para que sejam potencializados. A Capacitação Ambiental é a dimensão operacional da EA, com objetivos ligados diretamente aos processos da Gestão Ambiental.

Em virtude da diversidade de temáticas abrangidas pela questão ambiental, é necessário que os processos educativos possibilitem condições para que aos sujeitos adquiram conhecimentos, habilidades e atitudes para intervir de maneira participativa nas tomadas de decisão (QUINTAS, 2006).

Segundo Iglesias e Pardelhas (2008),

Tal como identificáveis na enumeração dos benefícios da participação, qualquer processo participativo é uma oportunidade para aprendizagem. Ou seja, qualquer processo participativo é um processo educativo, e como tal é uma oportunidade para a Educação Ambiental, mais ainda se o processo se

desenvolve no âmbito da busca de modelos sociais alternativos (IGLESIAS e PARDELHAS, 2008, p.22).

Essa diversidade da questão ambiental vai ao encontro da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei nº9.795/99, a qual descreve em seu art. 1º, a Educação Ambiental (EA) como sendo

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, p.01).

Freire (2016) corrobora com isso ao dizer que,

Os homens, pelo contrário, porque são consciência de si e, consciência do mundo, porque são um “corpo consciente”, vivem uma relação dialética entre os condicionamentos e sua liberdade. Ao se separarem do mundo, que objetivam, ao separarem sua atividade de si mesmos, ao terem o ponto de decisão de sua atividade em si, em suas relações com o mundo e com os outros, os homens ultrapassam as “situações-limites”, que não devem ser tomadas como se fossem barreiras insuperáveis, mais além das quais nada existisse (FREIRE, 2016, p.151-152)

No momento em que identificamos o que nos condiciona a avançar, damos um passo adiante para romper a barreira que nos limita. Com base na EA, assim como nas práticas educativas utilizadas, temos a possibilidade de reconhecimento da nossa realidade e a partir disso temos a possibilidade da mudança do *status quo*.

No entanto, é necessária uma ação educativa plena e integral, articulada com outras esferas sociais para que sejam consolidadas as iniciativas que busquem mudanças ao modelo contemporâneo de sociedade (LOUREIRO, 2006).

Sendo assim, os processos participativos são fundamentais para o desenvolvimento de práticas e reflexões no campo da Educação Ambiental (ORTEGA, 2012).

Cordioli (2001, p. 27) afirma que o processo participativo “[...] visa não somente a elaboração de propostas mais ajustadas à realidade. Pretende mudar comportamentos e atitudes, em que os indivíduos passam a serem sujeitos ativos no processo e não objetos do trabalho dos outros”.

3.5 Educação Ambiental: etapa basilar à formação da cidadania ambiental

Para compreensão do que venha a ser a Educação Ambiental, importante se faz conceitua-la a partir de diferentes autores, como segue.

Reigota (2014) considera que,

A Educação Ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (REIGOTA, 2014,p.13).

Ainda segundo o autor, é necessário,

Pensar as nossas relações cotidianas com os outros seres humanos e espécies animais e vegetais e procurar alterá-las (nos casos negativos) ou ampliá-las (nos casos positivos) numa perspectiva que garanta a possibilidade de se viver dignamente é um processo (pedagógico e político) fundamental e que caracteriza essa perspectiva de educação (REIGOTA, 2014, p.13).

A EA pode ser um meio para a transformação social, por apresentar seu caráter transformador e emancipatório, identificada “como um fenômeno social complexo que tem como desafio a construção de um saber ambiental, articulado e inseparável de um esforço fundamental reflexivo e interdisciplinar, pautado na complexidade socioambiental” (MORALES, 2009, p. 23).

Na compreensão de Leff (2001),

A Educação Ambiental traz consigo uma nova pedagogia que surge da necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam os sujeitos e atores do processo educativo (LEFF, 2001, p.257).

Nesse contexto, a EA é voltada para cidadania, sendo assim, dispensa atenção ao cuidado e permanência dos direitos na perpetuação da integridade dos bens naturais, os quais o homem depende para sua sobrevivência, entendemos como aqueles bens não renováveis.

Sendo assim, Boff nos diz que

Entendemos por cidadania o processo histórico-social mediante o qual a massa humana consegue forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto que lhe permite deixar de ser massa e passar a ser povo, com sujeitos históricos capazes de implementar o projeto elaborado. (BOFF, 1994, p.21)

O sujeito que conhece a realidade e compreende-se como parte dessa, desenvolvendo suas concepções sobre o mundo de maneira sistêmica, no âmbito local como global, tem o entendimento de uma cidadania ambiental mais abrangente, a qual perpassa as fronteiras locais e nacionais, não se restringindo a uma concepção de mundo restrita a ações isolada, envolve muito mais, ações comprometidas com uma qualidade de vida atual e futura (CAPRA, 1996).

Corroboramos o pensamento de Carvalho (2008), ao dizer que a EA compromete-se com a formação de um “sujeito ecológico”, sujeito esse imbricado de valores éticos e atitudes ecologicamente orientadas, as quais devam trazer resultados tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

O sujeito ecológico (...) é um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto. Não se trata de imaginá-lo como uma pessoa ou grupo de pessoas completamente ecológicas em todas as esferas de sua vida ou ainda como um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos que nele se inspiram (CARVALHO, 2008, p. 67).

A autora ainda afirma que,

O projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental crítica poderia ser sintetizado na intenção de contribuir para uma mudança de valores e atitudes, formando um *sujeito ecológico* capaz de identificar e problematizar as questões socioambientais e agir sobre elas (CARVALHO, 2008, p. 156).

Nesse sentido, que EA crítica deve perpassar o Programa de Educação Ambiental para a gestão dos RSS, assim como o Programa de Gerenciamento de Resíduos, buscando contribuir para a mudança de postura em todos os ambientes de trabalho, através de práticas educativas que suscitem o diálogo constante, assim como a preocupação e o cuidado com o meio ambiente.

Capítulo 4 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIETH CORRÊA Jr.

Neste capítulo será abordada a caracterização da unidade hospitalar em estudo, assim como a temática Resíduos de Serviço de Saúde vem sendo debatida atualmente.

4.1 O lugar da pesquisa e seu contexto: vivências e experiências

O Hospital Universitário Dr. Miguel Rieth Corrêa Jr¹. fica localizado no município de Rio Grande, ao extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Através da Portaria nº23/76 da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande em 29 de março de 1976 (ANEXO A) foi então denominado como Hospital de Ensino Prof. Miguel Riet Corrêa Jr (Figura1). O hospital que já fazia parte da estrutura da Universidade tinha suas dependências físicas na época, situadas dentro do prédio da Santa Casa do Rio Grande, denominada como “dependências acadêmicas”.

Figura 2 Fachada do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.



Fonte: autora da pesquisa

¹ As informações referentes ao histórico do Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. foram retiradas do Portal do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/hmigu.pdf>

A Universidade Federal do Rio Grande por ser uma instituição federal e o hospital já fazer parte de sua estrutura organizacional decidiu, em 01 de julho de 1985, assinar com a Santa Casa de Rio Grande um protocolo de intenções e um contrato de locação de uma área física composta por 104 (cento e quatro) leitos. A partir desse momento então, que a Universidade toma a decisão de reformar os pavilhões São Lucas I e São Lucas II da Santa Casa, os quais estavam no protocolo de intenções com a disponibilidade dos leitos previamente acertada. (MEC)

Ademais, esse acordo proporcionou à Universidade uma autonomia administrativa. Entretanto, além de pagar à Santa Casa um aluguel referente aos leitos, pagava também pela prestação de serviços como Raio X, Banco de Sangue, Centro Cirúrgico, farmácia, entre outros. (MEC)

No que se refere ao atendimento da população carente, aquela considerada de elevado custo hospitalar, anteriormente atendida pela Santa Casa, pois esta era intitulada como um “hospital de caridade” passou a ser encaminhada ao atendimento do Hospital de Ensino. Apesar da Universidade não ter alcançado plenamente seu objetivo, que era autossuficiência no auxílio à saúde, conseguiu dar um importante passo nessa questão. (MEC)

A Secretaria de Ensino Superior (SESu) estava comprometida em encontrar uma solução decisiva para o problema e, em 02 de outubro de 1986, a direção do Hospital de Ensino recebeu um telex do Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), notificando a visita do Prof. João Cândido da Silva, coordenador da Assessoria Especial da Ciência da Saúde do MEC e do Prof. Claudio Stillner, coordenador da Região Sul – Diretor Geral do Instituto Nacional do Seguro Social, ao complexo onde atuavam as áreas de ensino e saúde do Hospital Universitário (HU) dentro da Santa Casa. (MEC)

Como resultado dessa supervisão, originou-se um relatório descrevendo todas as dificuldades enfrentadas pelo hospital, incluindo até a Faculdade de Medicina. Em síntese, o relatório abordava os problemas enfrentados pela administração da Universidade na área física por ela utilizada; problemas de relacionamento e gerenciamento interno entre a Universidade e a Santa Casa; o gasto volumoso na manutenção e locação da estrutura física; bem como no

custeamento da assistência médica e hospitalar prestada aos pacientes da cidade de Rio Grande e arredores. (MEC)

A Universidade pagava ainda pela utilização de áreas comuns a ambas as instituições, mas a Santa Casa de Rio Grande continuava no controle integral da administração e não abria mão de seu domínio. (MEC)

Em continuação ao relatório foi destacada uma situação de caos para o futuro da Universidade no que dizia respeito área de saúde, sem nenhuma projeção de desenvolvimento na formação de recursos humanos para esse segmento. Considerando todo esse crítico cenário, não seria possível implantar os conceitos de assistência à saúde recomendados pela Organização Mundial da Saúde e almejados pela Universidade. (MEC)

Então, entre as proposições desta visita estavam a criação de uma Fundação de Amparo à FURG e o estabelecimento de convênio com MEC/Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS). (MEC)

A partir deste momento a Universidade resolveu criar uma comissão para resolver este impasse. Essa comissão encontrou como solução, alugar da Santa Casa de Rio Grande, por um período de 20 (vinte anos), o Hospital Materno-Infantil Riego Sparvolli, ato este referenciado pelo Conselho Universitário em 21 de novembro de 1986. (MEC)

Outra decisão importante foi à criação da Fundação de Apoio ao Hospital de Ensino do Rio Grande, em 27 de novembro de 1986, criada com o propósito de gerenciar os recursos financeiros do hospital e assim ter autonomia para contratação de novos funcionários. A partir desse momento que o hospital passa a ter uma estrutura administrativa, sem nenhuma vinculação com a Santa Casa. (MEC)

Compunham o corpo de funcionários nessa época 100 (cem) docentes divididos entre às áreas de medicina e enfermagem, 316 (trezentos e dezesseis) técnicos administrativos e 227 (duzentos e vinte sete) funcionários da Fundação de Apoio. (MEC)

Em 27 de dezembro de 1987, é assinado o convênio MEC/MPAS e o Hospital de Ensino passa então a receber verbas do Instituto Nacional de Previdência Social (INAMPS) por suas atuações no tratamento da saúde junto a Universidade. (MEC)

No que diz respeito ao regimento do Hospital de Ensino (ANEXO B), este foi aprovado na data de 18 de novembro de 1988, pelo Conselho Universitário, juntamente com a criação do Conselho Superior do Hospital de Ensino (CONSUP). A partir deste momento o Hospital de Ensino tem sua direção vinculada diretamente a Reitoria, compondo um órgão da Universidade. (MEC)

A FURG no ano de 1993, com apoio do MEC, adquiriu o prédio que até então era alugado da Santa Casa de Rio Grande. No período entre 1993 e 1995 traçou como metas as obras de conclusão da fachada externa, colocação de telhado, construção de um Laboratório para proceder as Análises Clínicas, a edificação de um Centro Cirúrgico composto por 06 (seis) salas de UTI Geral e 07 (sete) leitos no Centro Cardiológico, além de um Centro de Material Esterilizado. Paralelo a esses investimentos, investiu em infraestrutura de suporte administrativo através da aquisição de veículos e aparelhamentos hospitalares, entre eles: ultrassonografia, radiologia, respiradores, entre outros que permitissem condições apropriadas ao atendimento dos pacientes. (MEC)

No final do ano de 1994, a Universidade recebe do governo federal autorização para realizar um concurso público com objetivo de contratar 270 (duzentos setenta) funcionários. O Hospital Universitário passa a receber do Sistema Único de Saúde (SUS) recursos que são destinados ao pagamento de pessoal e ao custeio de assistência aos pacientes e para manter a manutenção do hospital. (MEC)

Atualmente o Hospital Universitário é gerenciado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). A Ebserh é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Educação e que atua no sentido de modernizar a gestão dos hospitais universitários, preservando e reforçando o papel estratégico desempenhado por essas unidades de centros de formação de profissionais e de prestação de assistência à saúde da população exclusivamente via SUS. Foi instituída através do Decreto Federal nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010, o qual institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF dispõe

sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais, entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. (MEC)

Com a prática humanizada tanto no cuidado em saúde quanto na formação acadêmica, o HU-FURG é considerado referência na Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul em diversas especialidades.

A estrutura de governança do HU-FURG/Ebserh é formada pelo Colegiado Executivo, composto pela Superintendência e três gerências: Gerência de Atenção à Saúde, Gerência de Ensino e Pesquisa e Gerência Administrativa. O Colegiado Executivo é responsável pela direção e administração de todas as atividades do hospital: ensino, pesquisa, administração e assistência, em consonância com as diretrizes gerenciais, coordenação e monitoramento da Ebserh, e com as diretrizes acadêmicas e orientações da FURG.

De acordo com o PGRSS,

O HU /FURG é um Hospital Público Federal, certificado como Hospital de Ensino pelo Ministério da Saúde e da Educação. Desenvolve ações no sentido de associar o ensino, a pesquisa e extensão a uma prestação de serviços de saúde qualificado, orientado, prioritariamente ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS). Além do papel assistencial, temos compromisso com a formação de recursos humanos, servindo aos Cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem, Residências Médicas, Cursos de Especializações, Cursos de Pós-Graduação (PGRSS, 2016, p.6).

Ainda de acordo com o PGRSS,

O HU/FURG tem participado no processo de municipalização da saúde e assinou convênios com prefeituras da região objetivando a integração e o somatório dos recursos em atividades programáticas articuladas na área do ensino, pesquisa, extensão e assistência a saúde. Atualmente encontra-se contratualizado com o Ministério da Saúde, a Secretaria Municipal da Saúde e a 3ª Coordenadoria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Presta serviços nas áreas básicas de Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Clínica Obstétrica, Clínica Ginecológica e Clínica Cirúrgica. Possui Serviço de Pronto Atendimento, UTI Neonatal, UTI Geral, Hospital Amigo da Criança, Banco de Leite, Hospital-Dia AIDS, Hospital-Dia Doenças Crônicas, Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos (CENPRE), Centro Integrado de Diabetes (CID), Centro Regional Integrado do Trauma Ortopédico, Centro Regional Integrado de Diagnóstico e Tratamento em Gastroenterologia, Centro Regional Integrado de Tratamento e Reabilitação Pulmonar e Setor de Educação Permanente (PGRSS, 2016, p.6 – 7).

Nesse contexto, o Hospital tem se mostrado de grande importância tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito de saúde não apenas da população do município de Rio Grande, mas de toda região a qual possui abrangência.

4.2 O que o hospital vem realizando com a temática resíduos sólidos?

O Hospital Dr. Miguel Rieth Corrêa Jr. está inserido como parte integrante da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo que a mesma apresenta como missão de acordo com o seu Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2011-2022) “promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental” (PPI 2011-2022, p.5). Definiu como vocação institucional, por estar situada em um ecossistema de zona costeira identifica-se como uma “universidade voltada para os ecossistemas costeiros e oceânicos” e “expressa seu compromisso socioambiental e seu alinhamento com o desenvolvimento local, regional, nacional e global, envolvendo todas as áreas do conhecimento” (PPI, 2011-2022, p. 4).

A unidade hospitalar, preocupada com suas atividades e consequentemente com os impactos que essas atividades possam causar ao meio ambiente, no ano de 2016 desenvolveu seu Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS.

O PGRSS foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar e foi articulada pela Unidade de Gestão Ambiental – UGA, setor que é responsável por coordenar e gerenciar o serviço de higienização e limpeza do HU FURG, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde visa abranger todos os aspectos ambientais da unidade hospitalar, buscando maior eficiência no que se refere aos aspectos ambientais da instituição.

No ano de 2016 o Hospital Universitário recebeu sua Licença de Operação de Regularização – LOR nº 127/2016, emitida pela Secretaria de Município de Meio Ambiente do Rio Grande – SMMA. Licença que determina como uma de suas condicionantes, o desenvolvimento e execução do Programa de Educação

Ambiental voltado aos funcionários do Hospital Universitário. Sendo que este programa deve estar relacionado ao Plano de Gerenciamento dos Serviços de Saúde (PGRSS) (FURG, 2017).

Capítulo 5 - PERCURSO METODOLÓGICO

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

(Paulo Freire)

Para delinear o percurso metodológico serão explanadas aqui a caracterização dos sujeitos de pesquisa e as três estratégias investigativas empregadas, sendo estas, a Análise Documental, a Observação Participante e as Entrevistas Semiestruturadas, assim como o relato do trajeto percorrido para o desenvolvimento das mesmas.

5.1. Considerações sobre as estratégias metodológicas

O percurso metodológico nos permite entender quais conceitos e técnicas foram utilizadas na elaboração da pesquisa, com o propósito de contemplar os objetivos delineados no estudo.

Para Minayo (2010, p.14), “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Ou seja, é a delimitação dos caminhos que utilizamos para alcançar os objetivos que determinamos.

Por se tratar de um estudo com ênfase em um fenômeno material social, esta é uma pesquisa de caráter qualitativo. Minayo (2010) entende a pesquisa qualitativa como,

um nível de realidade que não pode ou não deveria ser qualificado [...] ela trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2010, p.21).

Inserida nessa perspectiva, o estudo se pautou na utilização de instrumentos para compreender como se dá a Gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde, a partir da análise da realidade onde as ações se realizaram e como se deram essas ações.

5.2. Sujeitos da pesquisa

A definição e escolha adequada dos sujeitos de pesquisa é uma tarefa determinante para que a investigação ocorra, o que exige muito cuidado e atenção. Desta forma foram escolhidas estratégias de identificar principais subdivisões da unidade hospitalar, para nestas identificar as pessoas que ali desempenham suas funções.

Foram identificados 36 cargos de relevante importância (Quadro 1), distribuídos entre uma Superintendência e as seguintes gerências: Gerência de Atenção à Saúde (GAS), Gerência Administrativa (GAD), e Gerência de Ensino e Pesquisa (GEP).

Quadro 1: Administração de Pessoal do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. - HU-FURG

Administração de Pessoal	
Superintendência	Chefe do Setor de Gestão da Informação e Informática
	Ouvidora
	Chefe da Unidade de Apoio Corporativo
	Auditor Interno
Gerência de Assistência à Saúde (GAS)	Chefe da Divisão Médica
	Chefe da Divisão de Gestão do Cuidado
	Chefe da Divisão de Enfermagem
	Chefe do Setor de Regulação e Avaliação em Saúde
	Chefe da Unidade de Cirurgia/RPA e CME
	Chefe da Divisão de Apoio Diagnóstico e Terapêutico
	Chefe da Unidade de Nutrição Clínica
	Chefe da Unidade de Laboratório de Análises Clínicas e Anatomia Patológica
	Chefe de Setor de Projetos Estratégicos

	Chefe do Setor de Vigilância em Saúde e Segurança do Paciente
	Chefe do Setor de Farmácia Hospitalar
	Chefe da Unidade de Gestão de Riscos Assistenciais
	Chefe da Unidade de atenção à Saúde da Criança e do Adolescente
	Chefe da Unidade de Atenção à Saúde da Mulher
	Chefe do Setor de Urgência e Emergência
Gerência Administrativa (GAD)	Chefe da Div. de Logística e Infraestrutura Hospitalar
	Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas
	Chefe da Unidade de Administração de Pessoal
	Chefe do Setor de Suprimentos
	Chefe da Unidade de Apoio Operacional
	Chefe do Setor de Infraestrutura Física
	Chefe do Setor de Hotelaria Hospitalar
	Chefe da Unidade de Programação Orçamentária e Financeira
	Chefe da Divisão Administrativa Financeira
Gerência de Ensino e Pesquisa (GEP)	Chefe do Setor de Gestão do Ensino
	Chefe do Setor de Gestão da Pesquisa e Inovação Tecnológica
	Chefe da Unidade de Websaúde

Fonte: Adaptado pela autora. Disponível em:< <http://www.ebserh.gov.br/web/hu-furg/organograma>> acesso em 26/05/2017.

Após ter o método da entrevista selecionado como uma das fontes de evidências dessa investigação, os sujeitos da pesquisa foram pré-estabelecidos. Optou-se por entrevistar os gestores da instituição, pelo entendimento que estes estariam mais aptos a apresentarem respostas para alcançar os objetivos propostos nessa pesquisa.

Os participantes da pesquisa possuem um ano de trabalho ou mais no setor. Também foi considerada a disponibilidade das pessoas a serem entrevistadas e a importância do cargo que os referidos funcionários exercem com relação aos RSS, seguindo indicações da chefia de setor da Unidade de Gestão Ambiental (UGA). Foram excluídos da pesquisa os profissionais em estágio probatório, período de férias ou que se recusaram a participar.

Os sujeitos da pesquisa estão representados por um par de caracteres, formados por uma letra e um número. Os gestores estão representados pela letra “G” e números de “**um** a **doze**”. No Quadro 2 são apresentados dados sobre a formação acadêmica dos sujeitos bem como o tempo em que exercem função no HU-FURG.

Quadro 2: Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Sujeito da Pesquisa	Nível de Formação Acadêmica	Tempo de trabalho no Hu-FURG
G1	Pós-Graduação	12 anos
G2	Ensino Técnico	01 ano
G3	Pós-Graduação	01 ano
G4	Superior	03 anos
G5	Ensino Técnico	14 anos
G6	Pós-Graduação	15 anos
G7	Pós-Graduação	23 anos
G8	Pós-Graduação	01 ano
G9	Superior	01 ano
G10	Ensino Médio	29 anos
G11	Pós-Graduação	01 ano
G12	Pós-Graduação	14 anos

Com base no Quadro 2, pode-se perceber que há um grupo de seis (06) gestores que possuem de 1 a 3 anos de trabalho na instituição; outro grupo de quatro (04) gestores com 12 a 15 anos; e há dois (02) gestores com 23 e 29 anos na instituição.

Os gestores com tempo de trabalho de um (01) ano estão nesses cargos em função de que foram admitidos em concurso público para assumirem essas funções.

5.3 Ferramentas da pesquisa

5.3.1 Análise Documental

A análise documental é uma importante fonte de evidências para a pesquisa. De acordo com Gil (2008, p.51), "... a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa". Para Lüdke e André (1986) "a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema" (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38).

A escolha dos documentos a serem analisados nessa pesquisa ocorreu a partir da necessidade, de estabelecer articulações e alcançar os objetivos propostos, com a pretensão de verificar se existem demandas de capacitação nesses documentos. Os documentos selecionados foram: 1) Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr - PGRSS, 2) Programa de Educação Ambiental do Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa Jr – PEA, 3) Licença de Operação de Regularização – LOR nº 127/2016, emitida pela Secretaria de Município de Meio Ambiente do Rio Grande – SMMA.

A análise desta documentação se fez importante para compreender, quais as obrigações do Hospital Universitário, assim como se dá a gestão de resíduos de Serviço de Saúde dentro desta unidade hospitalar.

Sabe-se da importância do Licenciamento ambiental que de acordo com Ministério do Meio Ambiente (MMA)

é um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, P.33).

Para que se efetive o Licenciamento Ambiental, este é executado através de três licenças. Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação (Resolução Conama nº001/86). Como o HU FURG já estava em operação não havia necessidade de efetuar as duas primeiras licenças, portanto foi emitida uma Licença de Operação de Regularização (LOR).

Então, preocupou-se em investigar na LOR, no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e no Programa de Educação Ambiental do Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa Jr (PEA-HU), os dados referentes à capacitação dos funcionários. Para esse propósito, foi solicitado para Unidade de Gestão Ambiental (UGA) do Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa Jr, requisitada a permissão a esses documentos para averiguar quais prováveis práticas e visões de capacitação referente à Educação Ambiental. Após análise, esses dados foram comparados com as informações obtidas nas demais fontes de evidência.

5.3.2 Entrevista Semiestruturada

As entrevistas são uma das fontes de dados da pesquisa. Segundo Minayo (2008, p.261) a entrevista é “destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo”.

Nessa pesquisa, optou-se por usar a entrevista semiestruturada. De acordo com Triviños (1987, p.146),

Podemos entender por *entrevista semiestruturada*, em geral, aquela parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. (TRIVIÑOS, 1987, p.146)

Neste contexto, Minayo (2008, p. 262), considera que as “entrevistas reproduzem a realidade como: ideias, crenças, maneira de pensar, opiniões, sentimentos, maneiras de sentir, maneiras de atuar, condutas, projeções para o futuro, razões conscientes de determinadas atitudes e comportamentos”.

Dessa forma, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos selecionados na pesquisa, no mês de dezembro de 2017, de acordo com disponibilidade dos gestores selecionados foi realizada uma reunião, onde a pesquisadora utilizou como instrumento de pesquisa. Cada entrevista teve como base de aplicação, um questionário (Apêndice B) contendo perguntas abertas e fechadas com o objetivo de recolher informações sobre como ocorre em cada nível da instituição hospitalar o gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde, assim como, identificar o que cada setor da unidade gestora demanda referente à problemática. É importante salientar que a identidade dos líderes de cada unidade está resguardada na presente pesquisa.

5.3.3 Observação Participante

De acordo com Queiroz et al. (2007), “consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação” (QUEIROZ et al. 2007, p. 278). Ainda segundo, Queiroz et al. (2007) “com o auxílio da observação participante, o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias”. (QUEIROZ et al. 2007, p. 278).

Marcos (2001) entende que a observação participante equivale a um método, em que o observador acompanha a rotina da organização, podendo realizar tarefas habitualmente, com o propósito de compreender o ambiente pesquisado.

A partir deste instrumento de coleta de dados, foi possível compilar informações mais precisas, demonstrando como se dá a relação referente à gestão dos RSS, pois houve uma maior interação com os profissionais inseridos na organização hospitalar. As observações foram realizadas no período de agosto de 2017 a fevereiro do ano de 2018, ocorridos de segunda-feira a sexta-feira, em horários alternados.

5.3.4 Sistematização e análise dos dados

Para que fosse possível analisar o material coletado e a partir disso, aprofundar as discussões optou-se por seguir os pressupostos da Análise de Conteúdo (AC) a qual, segundo as proposições de Bardin (2011),

constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática e constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (BARDIN, 2011, p.44)

Moraes (1999) concorda com isso quando afirma que na abordagem qualitativa, a construção dos objetivos, ao menos em parte, pode ocorrer durante o processo de análise. O autor ainda menciona que as categorias poderão emergir durante o processo, entretanto deixa claro que ao final da pesquisa os objetivos do trabalho sejam claramente compreendidos.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo (AC) se organiza em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, os quais serão discutidos abaixo.



Fonte: Da pesquisa, 2018.

Deste modo, a AC inicia com a pré-análise, que inclui a leitura flutuante (dos documentos selecionados), que levará à escolha do tema e a formulação das hipóteses e objetivos. Após, parte-se para aplicação sistemática das decisões tomadas, ou seja, a codificação, decomposição ou enumeração e então, o tratamento dos resultados obtidos e então a interpretação (Bardin, (2011).

Na *pré-análise*, será realizada a leitura dos documentos com o propósito de compreender o contexto e a realidade, hipóteses, objetivos e indicadores, para fundamentar a interpretação dos dados. É essa a etapa na qual se faz a organização do material, assim como se colocam as ideias iniciais e elabora-se o cronograma de ações a serem realizadas como suporte para a criação de categorias para o próximo passo, onde se pressupõe a escolha do Corpus de análise pelo pesquisador (Bardin, 2011).

A segunda etapa compreende a *exploração* e discussão das informações do material selecionado na primeira etapa. De acordo com Bardin (2011), essa possibilita a administração sistemática das decisões tomadas, momento em que se realiza a elaboração de categorias e alguns indicadores e critérios de análise dos dados provenientes da codificação, classificação e categorização dos dados. Etapa na qual acontece a definição de categorias para posterior registro e organização dos dados.

Na última etapa, compreendida como o *tratamento dos resultados, inferência e interpretação*, deverá ser realizado o estudo e análise das informações coletadas, organizando as mesmas em categorias, identificando suas similaridades, possibilitando assim efetivar o tratamento dos dados.

Em relação às entrevistas, durante a execução², houve a preocupação de perceber as necessidades do entrevistado, assim como a atenção para ler e ouvir os silêncios.

Após a realização das entrevistas, o passo seguinte caracterizou-se pela transcrição e a sistematização dos dados em uma tabela no *Microsoft Word* com uma matriz de categoria pré-estabelecidas, com o objetivo de efetuar um síntese integradora das respostas dos sujeitos.

² Antes da realização das entrevistas, os gestores assinaram o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento.

Capítulo 6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentadas as análises e os resultados advindos das fontes de evidências referidos anteriormente. Para uma melhor ordenação e clareza, o capítulo foi dividido em subitens relacionados às temáticas oriundas dos objetivos e questionamentos desse estudo.

6.1 Capacitação Ambiental nos documentos analisados

6.1.1 Licença de Operação de Regularização (LOR)

O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr, no ano de 2016 obteve através da Secretaria de Município de Meio Ambiente do Rio Grande (SMMA) sua Licença de Operação de Regularização (LOR) nº 127/2016, sendo que esta está em consonância com o que dispõe a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), a qual determina as condições para a continuidade de operação do mesmo.

Abaixo estão descritos os tópicos da LOR com maior relevância no que tange às práticas e visões de capacitação dos funcionários no que se refere à problemática dos resíduos:

Quadro 3: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR

Licença de Operação de Regularização	Categoria correspondente:
De imediato, a empresa deverá sanar os danos à saúde humana e ao meio ambiente causados por eventuais acidentes durante a operação da atividade licenciada.	Acidentes durante operação e ações de Educação Ambiental
Programa de Educação Ambiental voltados aos funcionários do hospital, contemplando inclusive as metas e as ações básicas já implantadas, conforme	

no item 26 do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e cronograma atualizado com novas metas e ações a serem executadas;	
--	--

Quadro 4: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR

Licença de Operação de Regularização	Categoria correspondente:
O empreendedor será responsável por manter as condições operacionais do empreendimento adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente, decorrentes da operação inadequada do mesmo;	Dano Ambiental
Os níveis de ruídos gerados pela atividade deverão estar de acordo com as NBRs nº10.151/2000 e nº10.152/2000, da ABNT, conforme determina a resolução CONAMA nº01/1990;	
As atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitir substancias odoríferas nem material particulado na atmosfera em quantidade que estejam fora dos limites estipulados pela legislação ambiental vigente;	

Quadro 5: categoria obtida através de análise da condicionante da LOR

Licença de Operação de Regularização	Categoria correspondente:
O responsável deverá se adequar à Lei Federal nº 12.305/2010, que institui Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vista à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente	Gestão e gerenciamento de Resíduos

adequado destes resíduos;	
Na gestão e gerenciamento de resíduos, segundo Art. 35 do Decreto Federal nº7.404/2010, o qual regulamenta a Lei Federal nº12.305/2010, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;	
O Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde – PGRSS, aprovado pela SMMA, deverá ser executado mediante identificação da tipologia dos resíduos nos sacos de acondicionamento, nos recipientes de coleta interno e externo, nos recipientes de transporte interno e externo, e nos locais de armazenamento, promovendo a fácil visualização, de forma indelével utilizando-se símbolos, cores e frases atendendo aos parâmetros referenciados na NBR nº7.500 da ABNT, além de outras exigências relacionadas à identificação de conteúdo e ao risco específico de cada grupo de resíduos, segundo Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº306;	
Os resíduos gerados durante a operação da atividade deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária nas áreas objeto deste licenciamento, observando a NBR nº10.004/2004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo até posterior destinação final dos mesmos.	
A disposição temporária de resíduos nas dependências do empreendimento, bem como sua segregação, acondicionamento e destinação final deverão estar de acordo com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde apresentado à SMMA;	
Deverá ser mantida uma área específica para o armazenamento de resíduos	

sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;	
As lâmpadas fluorescentes usadas, quando inutilizadas, deverão ser armazenadas integras, embaladas individualmente em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação; Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, mar ou qualquer corpo hídrico, <i>in natura</i> , a céu aberto ou outras formas vedadas pelo poder público;	
A contratação de serviço de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;	

Priorizar as boas práticas ambientais através de envolvimento, capacitação e sensibilização dos funcionários deve ser um dos objetivos da instituição hospitalar. Essas condições operacionais podem estar relacionadas às informações, capacitações e treinamentos dos funcionários da instituição.

Para que sejam possíveis e articuladas essas condições na instituição é que se fazem necessárias à ampla divulgação e a sensibilização para o Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), assim como do Programa de Educação Ambiental (PEA – HU).

6.1.2 Programa de Educação Ambiental - PEA

No ano de 2016, o Hospital Dr. Miguel Riet Corrêa Jr., HU-FURG cumprindo a condicionante de Licença de Operação de Regularização – LOR nº127/2016, criou e colocou em prática seu Programa de Educação Ambiental.

Para esse estudo foram analisados os Subprogramas de Educação Ambiental que compõem o PEA-HU. A partir deles emergiram categorias referentes ao manejo dos resíduos de serviço de saúde, sendo que para chegar nessas categorias verificaram-se quais eram os objetivos geral e específico dos cinco subprogramas.

Quadro 6: categoria obtida através da análise dos subprogramas do Programa de Educação Ambiental – PEA - HU

As categorias que emergiram foram:	
1. Conhecimentos, habilidades e atitudes na solução dos problemas ambientais;	
1. Responsabilidades no processo de gestão;	
2. Necessidade de capacitação dos funcionários;	
3. Sensibilização do manejo de resíduos.	

A partir da análise dos subprogramas do PEA - HU foi possível constatar qual a intencionalidade e abrangência do mesmo. Neste sentido De Conto et al. (2010) nos diz que a Educação Ambiental pode ser usada como instrumento de formação formal e informal, propiciando a concepção de valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes no sentido de sensibilizar o cidadão”

6.2 Análise das Entrevistas

Com a intenção de identificar como a temática relacionada aos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) e a Educação Ambiental estão inseridos no cotidiano da instituição hospitalar, assim como no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde e no próprio Programa de Educação Ambiental, os mesmos serviram como eixos norteadores para análise das entrevistas com os gestores.

A priori, buscou-se conhecer qual a compreensão dos gestores referente ao grau de impacto gerado pela instituição hospitalar quanto aos resíduos dos serviços de saúde, pois se sabe que estes devem ser separados conforme sua origem. Corroborando nesse contexto o trabalho de Gonzáles e Petris (2007), ao dizerem que esses resíduos precisam ser segregados de acordo com as características que apresentam, tais como físicas, químicas, biológicas.

Nesse sentido, se destaca nos discursos apresentados (Quadro 7) o grau de impacto dos resíduos gerados, e um elevado número de respostas nove(9) para a categoria, *Volume significativo de resíduos*, o que demonstra a quantidade de resíduos gerados no ambiente hospitalar, sendo que dois(2) dos entrevistados não respondeu à pergunta ou não respondeu de modo adequado e um (1) dos entrevistados categorizou como grau elevado, para risco biológico.

Nesse contexto, Coelho (2010) afirma que no atual estágio de evolução da nossa sociedade, a separação de impacto biofísico e social é cada vez mais difícil, pois as circunstâncias ecológicas alteram as sociais, culturais e históricas, num processo permanente. Ou seja, é ao mesmo tempo produto e produtor de impactos constantemente. Feldman (2008) enfatiza que cabem as instituições de saúde programar em seu plano de gerenciamento dos RSS, acompanhar o caminho percorrido por seus resíduos fora da instituição, até o destino final como determina a Política Nacional de resíduos Sólidos, para ter certeza de que não ocorram agressões ao meio ambiente e, em consequência disso, provocar riscos à saúde humana.

Quadro 7 – Pergunta quanto ao grau de impacto dos Resíduos de Serviço de Saúde gerados no HU-FURG.

Qual o grau de impacto dos resíduos de serviço de saúde gerados no HU-FURG?		
Código	Unidade de Registro	Categoria
G1, G11	Não responderam Não responderam corretamente	Não respondeu
G2	Elevado , com referência ao risco biológico.	Risco Biológico
G3, G4, G5, G6, G7, G8, G9, G10, G12	Falta de plano de ação efetivo; É gerado muitos resíduos e deveria ser melhor Gerenciado com mais cursos de reciclagem do mesmo; A produção de resíduos é imensa; Nós produzimos uma quantidade bem grande de lixo , até pelas exigências de termos muitos produtos descartáveis cada vez mais é proibido reaproveitamento de materiais de uso médico e de saúde né.	Volume significativo de resíduos

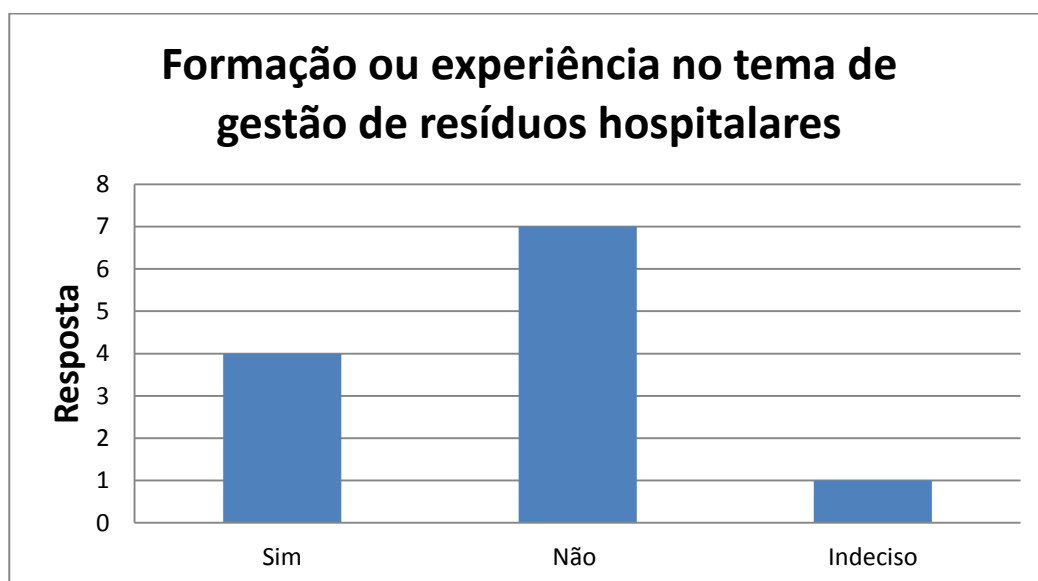
--	--	--

Fonte: Autora da pesquisa.

Quando foi perguntado aos sujeitos da pesquisa se possuíam ou não formação/experiência no tema de gestão de resíduos hospitalares, dos doze (12) entrevistados, sete (7) afirmaram que **Não** possuem, elenca-se um número alto das resposta. Os que dizem que **SIM** quatro (4), possuem alguma formação ou experiência, e um (1) não respondeu à pergunta (considerado como indeciso), como demonstrado na Figura 2.

Verifica-se que mesmo os sujeitos estando em uma função de nível médio no local de pesquisa, não têm contato ou tempo para buscar conhecimento, o que permite concluir que existem problemas na gestão, resultantes da falta de formação do grupo pesquisado.

Figura 3: N° de respondentes para a pergunta “O Sr(a) tem formação ou experiência no tema de gestão de resíduos hospitalares?”

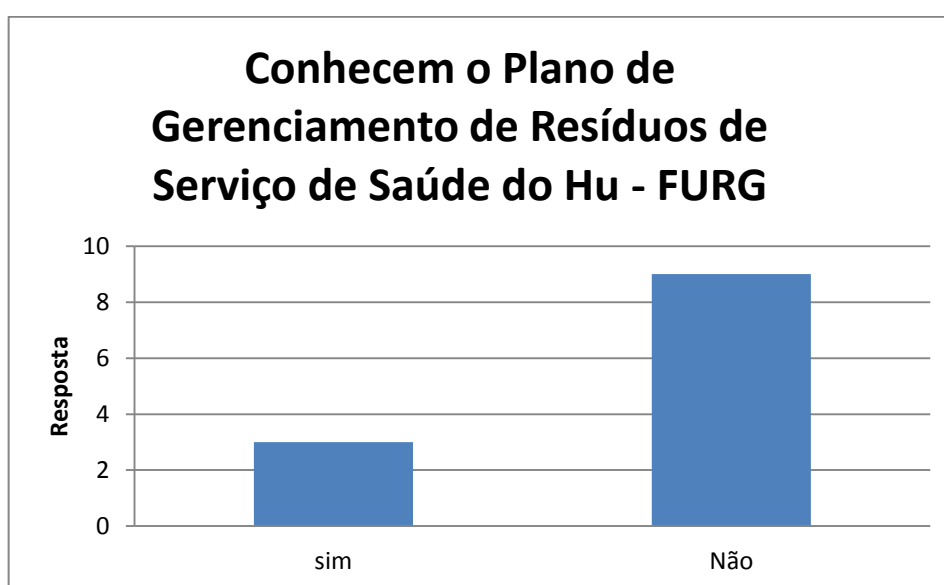


Fonte: Autora da pesquisa.

Após, foi indagado aos gestores se conheciam ou se tinham envolvimento com o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde da instituição, sendo que nove (9) responderam que **Não** conhecem o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde, e **apenas** três (3) dos entrevistados dizem conhecer ou ter envolvimento com o mesmo, como demonstra Figura 3. Isso é um sinal de alerta, um número expressivamente baixo de gestores que de fato conhece o Plano

de Gerenciamento de Resíduos da instituição. Corroborar nesse sentido o trabalho de Ali et al (2012) que elencaram a falta de informação ou conhecimento por parte dos sujeitos pesquisados referente a mesma temática aqui destacada. Moraes (2013, p.92) afirmam o mesmo ao dizer “atenta para a valorização do conhecimento dos trabalhadores em todas as etapas do PGRSS, o qual proporcionará numerosas vantagens, tais como: prevenção de acidentes de trabalho, redução dos índices de infecção hospitalar, diminuição dos gastos financeiros e maior equilíbrio ambiental”.

Figura 4: N° de respondentes para a pergunta “O Sr(a) conhece o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde do HU-FURG? Tem envolvimento com o mesmo?”



Fonte: Autor da pesquisa.

Nesse sentido, foi questionado se saberiam mensurar a importância do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde para a Instituição Hospitalar. Aqui a ênfase maior é sobre a importância do Plano para o HU-FURG, se destaca nas respostas dos entrevistados que a importância do PGRSS é para Normatização de rotinas com três (3) das respostas, para três (3) dos entrevistados o PGRSS é importante para se realizar a Destinação correta dos resíduos, para dois (2) serve para o aumento do conhecimento e aprendizagem sobre o documento, mesmo sendo um documento relevante dentro da Unidade Hospitalar três (3) dos entrevistados sendo trabalhadores alocados ali não conhecem e para um (1) dos entrevistados o PGRSS serve para a Prevenção de acidentes no ambiente hospitalar, o que pode ser visualizado no Quadro 8.

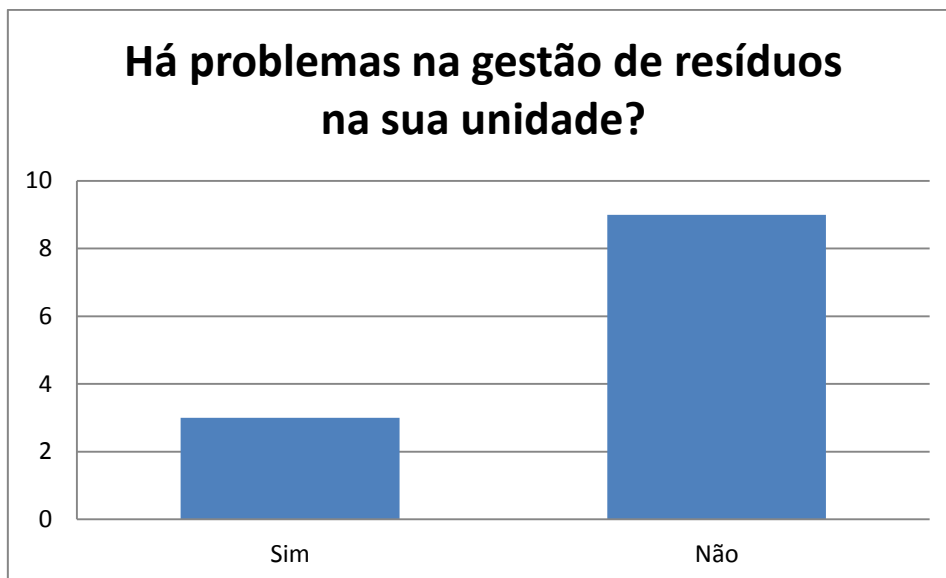
Quadro 8 – Pergunta qual a importância do PGRSS para o HU-FURG?

Qual a importância do PGRSS para o HU-FURG?		
Código	Unidade de Registro	Categoria
G1, G10, G11	Não conheço Não veio ninguém falar. Não respondeu	Não conhece
G2, G5	Acho importante para melhor desenvolvimento e aprendizagem.	Conhecimento e aprendizagem
G6, G7, G8	Direcionar o controle de resíduos de correta É uma ferramenta para normatizar rotinas. É o documento que protocola, regulariza e normatiza todas ações pertinentes ao gerenciamento de resíduos.	Normatização de rotinas
G4, G9, G12	É muito importante , pois são trabalhados cada resíduos é destinado para os locais de origem para serem descartados. é uma atividade que tem que ter bastante cuidado , bastante atenção pro local que vai ser, o tratamento que vai ser dado, o local próprio que vai ser descartado, até devido as legislações, não é atividade fim do Hospital, mas acho que tem bastante importância e acho que esse Plano poderia ser melhor divulgado , eu mesmo nunca tive contato, nunca foi apresentado Ele é de extrema importância não só para o Hospital , eu vejo ele com uma importância maior ainda para o resto da população do que para o próprio Hospital.	Destinação de resíduos
G3	Prevenção de problemas de saúde, infecção hospitalar, entre outros.	Prevenção de acidentes

Fonte: Autora da pesquisa.

Posteriormente, foi perguntado aos gestores se havia problemas na gestão de resíduos na sua unidade de trabalho, nove (9) responderam que **Não** haviam problemas relacionados à segregação de resíduos e apenas três (3) relataram algum tipo de problema, como demonstra Figura 4.

Figura 5: N° de respondentes para a pergunta “Na sua unidade, há problemas na gestão de resíduos? Quais seriam?”



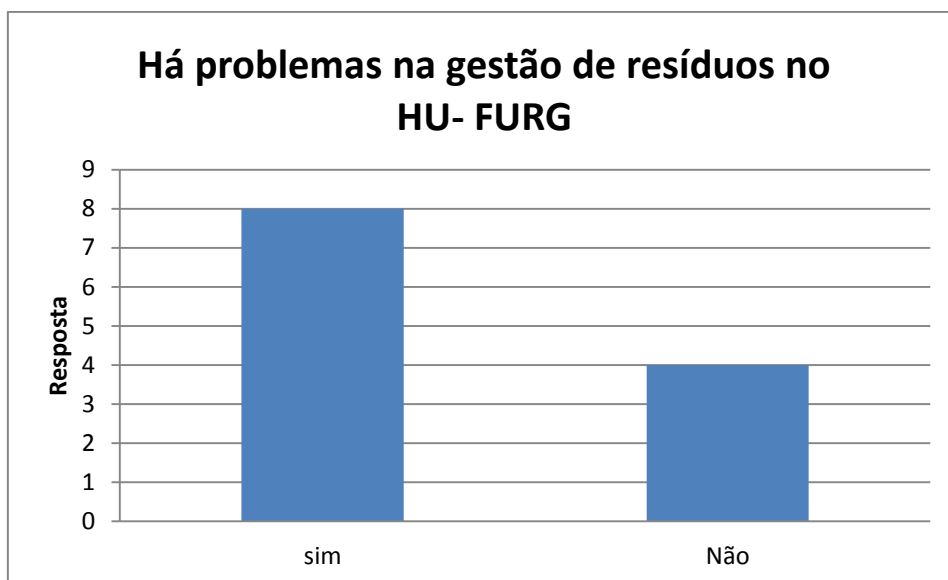
Fonte – elaborada pelo autor.

Ao serem questionados se havia problemas na instituição hospitalar referente à segregação de Resíduos de Serviço de Saúde (Figura 5), podemos observar uma significativa mudança de opinião em relação às respostas dos gestores, onde oito (8) apontaram que **Sim**, há problemas na gestão de resíduos no Hospital e apenas quatro (4) apontaram que **Não** há problemas.

Pimentel (2006, p.45) corrobora nesse estudo o gerenciamento dos resíduos realizados por uma boa gestão podem trazer muitos benefícios,

O gerenciamento correto dos resíduos sólidos significa não só controlar e reduzir os riscos, mas também alcançar a minimização destes, desde o ponto de origem, observando-se as normas referentes ao acondicionamento, recolhimento intra e extra unidade, destinando-os, de forma segura e ambientalmente adequada, elevando também a qualidade e a eficiência dos serviços (PIMENTEL, 2006, p.45).

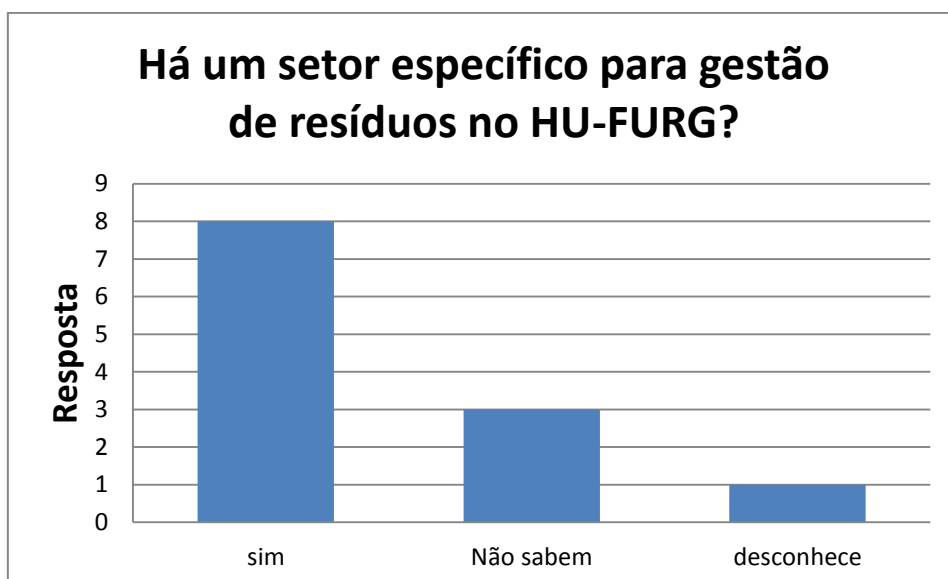
Figura 6: N° de respondentes para a pergunta “ E no HU-FURG como um todo, há problemas na gestão de resíduos?”



Fonte: Autora da pesquisa.

Quando os gestores foram perguntados se no HU-FURG há algum setor específico que trate da gestão dos resíduos, se observou que oito (8) gestores responderam que **Sim**, que ela esta ligada ao setor de higienização; três (3) disseram que **Não**; e um (1) afirmou desconhecer, como demonstra a Figura 6.

Figura 7: N° de respondentes para a pergunta “Há um setor específico para a gestão dos resíduos no HU-FURG?”



Fonte – elaborada pelo autor.

No que se refere à capacitação ou treinamento referente ao gerenciamento de resíduos, foi questionado para os gestores se estes tinham recebido alguma capacitação por parte da instituição. Destes, sete (7) afirmaram que **Não** receberam

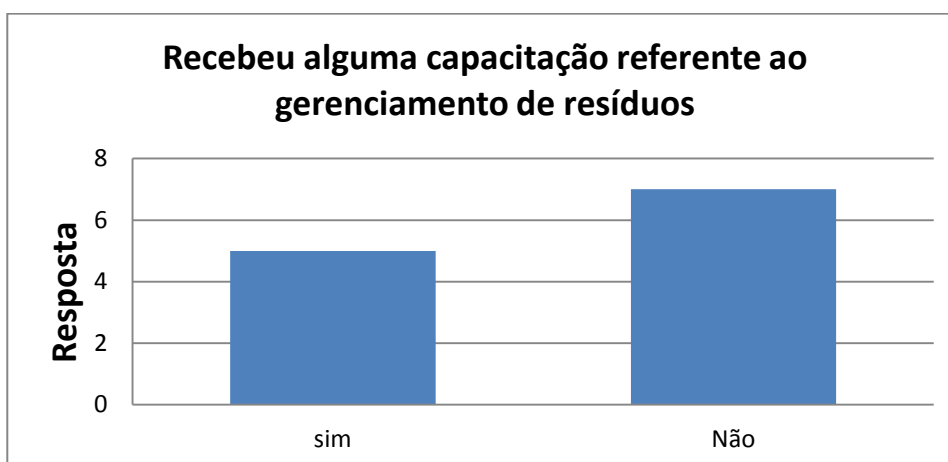
nenhuma capacitação ou informação relacionada à temática e cinco(5) afirmam que **Sim**, em algum momento recebeu capacitação relacionada à temática resíduos de serviço de saúde, o que está visualizado na Figura 7.

Morais (2013, p.95) afirma que “o primeiro passo para se alcançar um gerenciamento dos RSS consiste na promoção de cursos de capacitação permanente aos profissionais que lidam com tais resíduos”. Importante fazer um alerta no sentido de se tratar de um Hospital Universitário, o qual tem ênfase na realização de pesquisas e no ensino, e por isso deveria dar destaque para a formação do quadro de funcionários que estão em contato direto com os diversos resíduos diariamente produzidos. Para Luz (2010)

A Educação Permanente é uma estratégia que induz a reflexão das práticas do trabalho, faz com que os profissionais repensem suas condutas, busquem melhora do atendimento e proporciona uma maior interação entre a equipe. Essa prática educativa deve proporcionar aquisição, enriquecimento e manutenção dos conhecimentos, bem como constante observação das técnicas, atitudes e posturas pelos profissionais. Sendo assim, espera-se que através dessa estratégia, os profissionais sejam capazes de aperfeiçoar suas práticas no trabalho, melhorar a qualidade do atendimento e, com isso, ocasionar reflexos positivos e maior satisfação na comunidade (p.12).

Isso vai ao encontro do que está determinado no Programa de Educação Ambiental (PEA–HU), que visa através de seus subprogramas que sejam atingidos todos os níveis institucionais do HU-FURG. Embora na prática ainda não esteja ativo de maneira plena, haja vista que o mesmo foi iniciado recentemente (2017).

Figura 8: N° de respondentes para a pergunta “O sr(a) já recebeu algum tipo de capacitação referente ao gerenciamento de resíduos? Qual? Quantas vezes?”

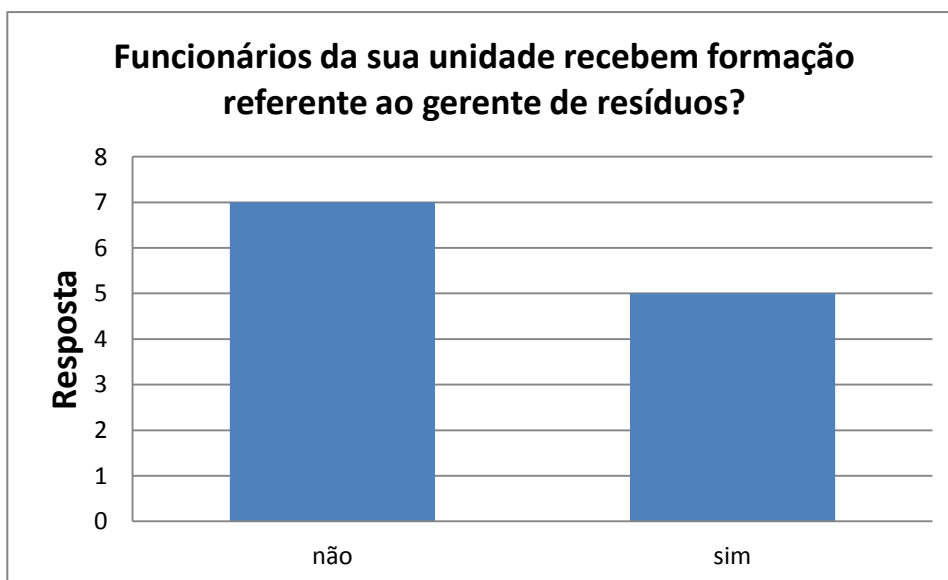


Fonte: Autora da pesquisa.

Quando questionados se os funcionários da sua unidade recebem algum tipo de formação, sete (7) dos gestores responderam que **Não** receberam capacitação ou informação relacionada à temática e cinco (5) afirmam que **Sim**, em algum momento os funcionários da sua unidade receberam capacitação relacionada à temática Resíduos de Serviço de Saúde (Figura 8).

Neste sentido os trabalhos realizados por Sales et al (2009); Azevedo e Xavier (2011) comprovam que os sujeitos que não receberam capacitação têm maiores chances de correrem riscos com acidentes em seus ambientes de trabalho, ou seja, podem comprometer a segurança e o bem-estar da equipe que maneja os RSS. Esse padrão pode ser justificado, pois o Programa de Educação Ambiental - PEA da Instituição começou a ser implementado no início do ano de 2017, após aprovação do licenciador (SMMA), ou seja, não ocorreu tempo hábil para que houvesse alinhamento e padronização de capacitação em todos os setores da instituição.

Figura 9: N° de respondentes para a pergunta “Os funcionários da sua unidade recebem algum tipo de formação para esta atividade?”



Fonte: Autora da pesquisa.

Quando os gestores foram questionados sobre qual seria o papel dos funcionários na gestão dos resíduos na instituição hospitalar, emergiram as categorias de **Capacitação** e **conscientização** (Quadro 9). Para que de fato se dê o

processo de elaborar e reelaborar o processo de reflexão crítica da prática/trabalho entre os diversos saberes, empíricos ou populares, se faz necessário que a proposta de Educação oriente as mudanças do processo de trabalho incluindo as necessidades de aprendizagem da equipe alicerçada nos valores da comunidade, seus conhecimentos, hábitos e atitudes (PESSANHA e CUNHA, 2009, p. 235).

Quadro 9 – Pergunta qual o papel dos funcionários na gestão de resíduos no HU-FURG?

Qual o papel dos funcionários na gestão de resíduos no HU-FURG?		
Código	Unidade de Registro	Categoria
G2, G7,G9,G11,G12	Não basta a Instituição possuir o PGRS se os funcionários não estiverem treinados.. É começar o procedimento de descarte na base, o pessoal ter o treinamento, fazer a separação correta e depois a parte mais gerencial, que é fazer esse programa de treinamento, esclarecimento... Sem a adesão dos funcionários nós não temos a gestão de resíduos do serviço de saúde, se os funcionários não fizerem isso, não conseguirem fazer a separação, não tiverem orientação de onde colocar o lixo, existe muita dúvida né, em relação ao o que é reciclável o que é lixo contaminado, o que é lixo não contaminado.	Capacitação
G1, G3, G4,G5,G6,G8,G10	Ter consciência do descarte adequado de cada material de forma a diminuir o volume do lixo contaminado, também evitar acidentes, ajudar na reciclagem. Estar atento às etapas no gerenciamento dos resíduos e fazer com que todo	Conscientização

	processo seja efetivo. Colaborar com ações positivas, sendo multiplicadores de informações e atitudes corretas. São fundamentais no cuidado com a reutilização (quando possível) de materiais, no uso das lixeiras adequadas, no simples cuidado ao desligar as luzes.	
--	---	--

Fonte: Autora da pesquisa.

Foi solicitado aos gestores que propusessem alguma sugestão de formação referente à gestão de resíduos de serviço de saúde, sendo que nove (9) dos doze (12) Gestores sugeriram maior capacitação. Indo ao encontro desse pensamento se pode pensar na articulação das ações previstas no PEA-HU em conjunto com a educação permanente, a qual para Davini (2009, p. 49) “para se produzir mudança nas práticas nos serviços de saúde, é necessário privilegiar o conhecimento prático em suas ações educativas e favorecer a reflexão compartilhada e sistemática”. Silva et al(2010), afirmando que “na reprodução, procura-se reforçar o instituído, enquanto na transformação, busca-se romper paradigmas que são socialmente aceitos” (2010, p. 559).

Quadro 10 – Demonstra as categorias que emergiram dos apontamentos dos gestores referente à capacitação em Gestão de Resíduos de Saúde no HU-FURG

Aponte alguma sugestão de formação em Gestão de resíduos no HU-FURG		
Código	Unidade de Registro	Categoria
G2	Maior investimento, não basta um PGRS no papel, precisa ser efetivo, fiscalizado. São feitas ações, mas pode melhorar.	Investimento
G12	Trabalhos muito específicos e pessoais, talvez começando pelas chefias né, para conscientizar as chefias da importância disso e depois indo até a ponta.	Conscientizar
G1, G3,G4,G5,G6,G7,G8,G9,G12	Acredito que seria importante a capacitação	Capacitação

	para a separação dos lixos. Fazer cursos para toda comunidade hospitalar usando técnicas lúdicas para falar sobre o assunto e não apenas palestrar. Trabalhar a Educação Ambiental com confecção de cartazes, dia do meio ambiente. Ter um setor que trabalhe de forma efetiva o assunto Resíduos do serviço de saúde. Implementação do Programa de Educação Ambiental, ligada ao NEP (Núcleo de Educação Permanente) como forma de consolidar a gestão de resíduos. Eu acho que poderia ter, não sei se algum curso ou o ideal um curso de algumas horas, tipo uma semana ou uma semana só da gestão de resíduos. Mostrar para as pessoas na prática o impacto desses resíduos, não sabemos qual o grau desse impacto, oferecer algum curso mais diretamente as pessoas que estão envolvidas nessa temática.	
G10, G11	Eu não sei nem o que é isso aqui no Hospital, não é com a educação continuada... Como eu não tenho capacitação técnica nessa área não. Não sou formado na área.	Não soube responder

Fonte: Autora da pesquisa.

Ao que se refere à Educação Ambiental, a serem perguntados se a EA pode contribuir para a gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde, 100% dos gestores afirmaram que **Sim**. Abaixo destaco algumas falas dos gestores entrevistados.

É através da Educação Ambiental “trabalho de formiguinha” que as pessoas tendem a se conscientizarem da necessidade de segregar, armazenar e dar um final

adequado aos resíduos gerados por elas sejam em domicílio ou em área hospitalar. (G3)

A Educação Ambiental é o alicerce de novas posturas e condutas e consequentemente de ações que reduzam os impactos ambientais que os resíduos podem causar. (G8)

Eu acho, que toda a ideia nova, que não é uma ideia nova, mas que alguns setores não sabem que tem esse plano, essa vontade de melhorar, no que se precisa, ela tem que ser muito bem trabalhada para que o operacional técnico estratégico, ou seja, isso tem que partir conforme, por exemplo, o guru da qualidade afirma que um dos quatorzes fatores e itens que se precisa para se ter uma qualidade e excelência numa empresa privada e trazendo para pública é que essas questões sejam de responsabilidade primária da administração gerencial, da alta chefia. (G11)

Com certeza. Fazendo justamente isso, o estudo do impacto, as orientações em relação à separação do lixo, coordenando, controlando e fiscalizando essa coleta e dando destino adequado ao lixo que é produzido no Hospital. Destinando principalmente essas coisas que podem ser recicladas às usinas de reciclagens né, que a gente fica meio amarrado a algumas situações, eu me lembro de uma época em que se tentou fazer dos frascos de soro e coisas desse tipo e aí empresa que recolhia não aceitava que os frascos dos soros tinham uma borrachinha, daí o pessoal tinha que tirar a borrachinha, daí dava um trabalho, tinha que ter quase que um funcionário só para tirar as pontinhas para a empresa, então isso tudo gera um custo, isso a gestão ambiental consegue mensurar isso né, e fazer com que essa coisa funcione, a engrenagem funcione de forma mais proveitosa. (G12)

Pires e Ribes afirmam que,

O trabalho coletivo pode se transformar em um espaço privilegiado de formação para todos os sujeitos envolvidos. É a melhor maneira de atualizar e refletir a ação educativa, pois o debate sempre traz ideias novas e informações, dúvidas e incoerências que levam a organizar o pensamento, reafirmando ou modificando posições. Trabalhando coletivamente, o sujeito sente-se fortalecido com o grupo, porque sabe que conta com o apoio de outros que estão lutando pelo mesmo ideal, com quem pode partilhar e discutir dificuldades e preocupações. Ao se trabalhar em equipe, todos os integrantes crescem devido às trocas de experiências. Pires e Ribes (2005, p,37)

E esse processo de transformação coletiva ou individual pode se dar através da EA como afirma Quintas (2005)

O processo de Educação Ambiental se torna eficaz na medida que possibilita que o indivíduo perceba-se como sujeito social capaz de compreender a complexidade da relação sociedade/natureza, bem como de comprometer-se com o coletivo em agir em prol da prevenção e da solução dos danos ambientais causados por intervenções do ambiente físico, natural e construído. (QUINTAS et al.2005,p25).

A Educação Ambiental a partir de suas ações de formação busca desenvolver junto aos sujeitos uma visão integrada dos processos e de uma compreensão mais abrangente do todo, colaborando para melhoria contínua da instituição, alicerçada na perspectiva de que os sujeitos reflitam sobre seus atos, coloquem em prática suas reflexões e assim transformem sua realidade.

6.3 Observação Participante

O desvelamento dos resultados obtidos através da Observação Participante se exprime de modo diferente dos demais. Foi utilizado, durante o período de imersão na instituição, anotações sobre as vivências e modos fazer relacionados aos Resíduos de Serviço de Saúde. Nesse sentido, as assimilações da pesquisadora, foram anotadas diariamente, período entre julho/2017 e janeiro/2018, em suas folhas de registro de campo, foi reunido e melhor organizado para integrar e compor a pesquisa. A partir desta estratégia foi possível observar os sujeitos no seu cotidiano, o que se caracteriza como a essência nos processos formativos e no contexto da Gestão Ambiental Institucional.

O desenvolvimento da observação participante propiciou compreender e identificar o perfil dos gestores participantes das ações, as suas contribuições, aflições, ansiedades, desabafos, envolvimento e engajamento nas ações do processo de gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde.

A partir da inserção no ambiente institucional, mais precisamente na Unidade de Gestão Ambiental – UGA, setor esse responsável pelo cumprimento das atividades ligadas ao gerenciamento e cumprimento das condicionantes do Licenciamento Ambiental voltadas ao gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde, foi possível constatar que atividades ligadas ao correto gerenciamento e

capacitação dos funcionários já ocorriam mesmo antes da Licença de operação vigorar.

Durante o período da observação, a pesquisadora pode constatar no que se refere aos gestores, um efetivo envolvimento por parte das gestoras que estão inseridas na UGA, nesse período não ouve um envolvimento observado pelos demais gestores, nem movimentação para que o Programa de Educação Ambiental – PEA fosse discutido nos demais setores. O que vai ao encontro, do que foi constatado durante as entrevistas com os gestores, como por exemplo, os G9 “Não conhece o Plano.” e G12 “Não conheço profundamente. O que eu conheço é de alguma conversa informal.” Isso demonstra fragilidade no processo de implementação do PEA-HU.

A observação participante contribuiu para refletir sobre a construção do processo educativo nesse ambiente, auxiliando no reconhecimento dos perfis dos sujeitos participantes da atividade e seus comportamentos diante das situações. Ademais, visa contribuir para a identificação das potencialidades e das fragilidades durante este processo, possibilitando assim colaborar para a melhoria continua do processo de gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde.

Nesse sentido, podemos entrecruzar os resultados da análise documental e das entrevistas juntamente com os da observação participante. As principais categorias que emergiram do processo de análise documental: **Conhecimentos, habilidades e atitudes na solução dos problemas ambientais; Responsabilidades no processo de gestão; Necessidade de capacitação dos funcionários e Sensibilização do manejo de resíduos**, vão ao encontro com os resultados das entrevistas com os gestores, o que nos mostram que as discussões no âmbito institucional não podem ser uma preocupação isolada ou de apenas um setor específico, o que ficou evidente na observação *in loco*.

Ademais, compreende-se a importância da educação ambiental para que haja uma tomada de consciência de determinados valores fundantes, como a ética, a cidadania, o respeito e a responsabilidade e o compromisso social (GRÜN, 1996, p.22). Para que dentro do espaço institucional exista a possibilidade de um trabalho abrangente que possibilite a tomada de consciência desses valores essenciais da educação ambiental, se faz necessário o papel do educador inserido no processo.

Entretanto, não estamos falando de um educador qualquer e sim de um profissional que possua um olhar voltado tanto para a identificação dos problemas referente à problemática ambiental, com o envolvimento de todos os setores da instituição e engajado em solucionar os problemas. No entanto, Morin (1999, p.15) evidencia que não há como reformarmos as instituições sem antes reformarmos as mentes, entretanto, podemos reformar as mentes mesmo antes de reformarmos as instituições.

A seguir encontram-se as discussões a cerca da análise dos instrumentos de pesquisa.

Capítulo 7 – CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

“Estamos na situação de uma criancinha que entra em uma imensa biblioteca, repleta de livros em muitas línguas. A criança sabe que alguém deve ter escrito aqueles livros, mas não sabe como. Não compreende as línguas em que foram escritos. Tem uma pálida suspeita de que a disposição dos livros obedece a uma ordem misteriosa, mas não sabe qual ela é”.

(Albert Einstein)

A partir dessa proposição de Einstein é que baseio minhas considerações finais dessa dissertação. Quando entrei no mestrado me senti como se fosse uma criança adentrando um universo completamente novo, a qual teve que aprender a compreender e aprender seus significados e linguagens. Não foi fácil! Assim como não é fácil para uma criança ser alfabetizada, ao mesmo tempo em que somos tomados pelo entusiasmo e expectativas, o medo e a insegurança nos ronda, a incerteza de que talvez não sejamos capazes de atingir nossos objetivos. Mas, entre expectativas e incertezas vamos andando e quando percebemos o tempo passa e já somos capazes de ler algumas palavras, depois algumas frases e pequenos textos. O tempo passa depressa! Voa e quando nos damos conta temos que encarar a tão temida Qualificação! Momento carregado de angustias, incertezas, nos faz pensar como crianças muitas vezes. Mas, ao contrário do que se imagina só faz com que nos fortaleça e ajude a crescermos como pessoas, seres humanos e pesquisadores. Pessoas que contribuem para que sigamos o nosso caminhar.

Vivenciamos um momento de instabilidade política, econômica e social em nosso país, o que acaba por refletir em todas as esferas da nossa sociedade, podemos dizer que vivenciamos tempos temerosos, ou até mesmo assombrosos onde existem mais dúvidas do que certezas. E isso se reflete no âmbito hospitalar, por si só ser um ambiente carregado de incertezas, cuidados, zelo e amorosidade.

Esse cuidado deve perpassar todos os espaços institucionais, não apenas de modo a cumprir o que determina a legislação ou de maneira protocolar para que se cumpra uma condicionante do Licenciamento Ambiental. Faz-se necessário um olhar para esse espaço institucional no que se refere ao gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde com o mesmo zelo, afeto, apreço e cuidado quando se olha para os pacientes, pois o cuidado começa quando arrumamos a nossa casa para receber o nosso hóspede.

Não basta transferir a responsabilidade para quem executa a segregação no dia a dia, se todos os setores, unidades não estiverem caminhando para a mesma direção. O trabalho bem feito se constrói com envolvimento de todos os setores, sejam eles no setor gerencial ou operacional.

E nesse contexto, de descobrir através da fala dos gestores qual a importância da Educação Ambiental no contexto hospitalar, que se propôs como objetivo geral dessa pesquisa reconhecer as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr em relação à Educação Ambiental na gestão de resíduos de serviço de saúde.

Para atingir tal objetivo, delineou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as demandas de EA em relação ao gerenciamento de resíduos de Serviço de Saúde do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa?

A partir da análise dos documentos e das entrevistas com os gestores da instituição, assim como da observação *in loco*, foi possível encontrar as seguintes respostas:

Como limitações e obstáculos, podem ser considerados:

- ✓ Fragilidade na elaboração, divulgação e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde;
- ✓ Falta de educação permanente e/ou continuada para os servidores da instituição hospitalar nas diferentes unidades referente a essa temática;
- ✓ Ampla divulgação e adesão do Programa de Educação Ambiental em todas as unidades.

Como possíveis potencialidades, podemos elencar:

- ✓ A criação da Unidade de Gestão Ambiental – UGA como ponto de referência dentro da instituição, onde está se consolidando como espaço de diálogo para se pensar estratégias e métodos de melhorias no que tange ao Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde na instituição hospitalar;
- ✓ Criação e avaliação Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde por meio de indicadores;
- ✓ Treinamento em RSS para todos os profissionais da instituição de maneira contínua, assim como orientação aos profissionais recém-contratados.

A partir da análise dos documentos, ficou evidente que a instituição hospitalar demanda capacitação no que se refere à gestão dos Resíduos de Serviço de Saúde em todas as suas áreas (administrativa e operacional). No entanto, o que encontramos é esse processo de reestruturação e reorganização. Ou seja, mesmo que modo incipiente, e que não cheguem a todos os servidores existem práticas de Educação Ambiental ocorrendo constantemente no âmbito da instituição.

Ademais, as entrevistas com os gestores retrataram uma carência significativa de capacitação e treinamento para os servidores, tanto para os gestores que trabalham muitos anos na instituição, quanto para os recém-contratados. Da mesma forma, ressaltam a importância de divulgar em todos os níveis tanto o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde quanto o Programa de Educação Ambiental.

Sugere-se como estratégia de trabalho para desenvolvimento e implementação do Programa de Educação Ambiental a articulação com o setor de Educação Permanente da instituição, para que desenvolvam capacitações em conjunto e assim a Educação Ambiental possa perpassar de maneira transversal todos os espaços da instituição.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. RDC n. 306, de 7 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o regulamento técnico para do gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Diário Oficial, Brasília, 10 dez. 2004. Disponível em: http://www.unifesp.br/reitoria/residuos/legislacao/arquivos/rdc_306_anvisa.pdf. Acesso em: 15 abr 2018.

ANELLO, L. de F. S. de, **Os programas de Educação Ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução**, 190 f. (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

AZEVEDO, A. K. N.; XAVIER, L. P. **Os Resíduos Sólidos de Saúde e as Farmácias: Diagnóstico da destinação final dos resíduos na Cidade de Natal-RN.** Revista de Engenharia Ambiental, v. 8, n. 2, p. 65-73, 2011.

BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial.** 2.ed. atualizada ampliada. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARDIN, L., **Análise de Conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL- PNRS. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Site do Palácio do Planalto, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-210_/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 21 de abr 2017.

BRASIL. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental** - ProNEA / Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2014.

CAPRA, F. **A teia da vida**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**/ Isabel Cristina de Moura Carvalho – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CORDIOLI, S. Enfoque Participativo do trabalho com grupos. In: BROSE, Markus (Org.) **Metodologia Participativa: Uma Introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p. 25-40.

CORRÊA, L. B; MENDES, P.M.; CORRÊA, E. K.. **A gestão dos resíduos sólidos na UFPEL: construção de políticas integradas na perspectiva da Educação Ambiental** In: Gestão de Resíduos em Universidades/ org. Suzana Maria de Conto – Caxias do Sul, RS: Educs, 2010. p. 227-247.

DAVINI, M.C. **Enfoques, problemas e perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos de Saúde**. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Série Pacto pela Saúde, V.0, p. 39-59, 2009.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.** Disponível em: http://coral.ufsm.br/odontologia/images/Documentos/Odonto_e_Legal/Odontologia/BRA82410.pdf. Acesso em: 21 abr 2017.

FELDMAN, Liliane Bauer. **A gestão de riscos e a segurança dos resíduos hospitalares**. In.: FELDMAN, Liliane Bauer (org.). Gestão de riscos e a segurança hospitalar. São Paulo: Martinari, 2008, p. 83-86.

FREIRE, P., **Pedagogia do Oprimido**, 60ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ, A. D; PETRIS, A. J. **Revisão sobre resíduos de serviço de saúde: proposta de um plano de gerenciamento para farmácia**. Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v. 8, n. 10, p. 01-10, jun. 2007.

IGLESIAS, C. L.; PARDELHAS, M.S. **Estratexias de Educación Ambiental: Modelos, experiências e indicadores para a sostenibilidade local**. Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Vigo, 2008.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2012. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_23133441_INSTRUCAO_NORMATIVA_N_2_DE_27_DE_MARCO_DE_2012.aspx>. Acesso em 21 abr 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas / organizadora: Adriana Maria Magalhães de Moura. – Brasília: Ipea, 2016. 352 p. Disponível em: <<file:///C:/Users/CI/Downloads/Governan%C3%A7a%20ambiental%20no%20Brasil.pdf>>

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Licenciamento ambiental e governança territorial**: registros e contribuições do seminário internacional/Organizadores Marco Aurélio Costa, Letícia Beccalli Klug, Sandra Silva Paulsen - Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

Disponível

em:

<

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170619_livro_licenciamento_ambiental.pdf>

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. São Paulo: Papirus, 1996.120p.

KITZMANN, Dione Iara Silveira. **Ambientalização sistêmica na gestão e na educação ambiental: estudo de caso com o Ensino Profissional Marítimo – EPM**. Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2009, 239 p.

KITZMANN, D.; KNUTH, F. G.; MENDES, P. M. **A Educação Ambiental nos Sistemas de Gestão Ambiental das Universidades de Pelotas e Rio Grande (RS). Semeando ideias, colhendo diálogos**. Contribuições do 3º EDEA e 3ª Semana do Meio Ambiente do PPGEA-FURG. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2011, p. 67-74.

KRIEGER, Maria da Graça et al. **Glossário de gestão ambiental**. São Paulo: Disal, 2006.

LEFF, E.; **Saber ambiental : sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**; tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth - Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B., **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. 150 p.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, F.M. **Educação Permanente em Saúde: uma estratégia que possibilita transformações no processo de trabalho**. TCC Especialização em Atenção Básica na Saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

MARCOS, E. S. **Da observação participante a pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração**. 2001. Disponível em: <http://www.profmarcoseduardo.xpg.com.br/pessoal/facef_pesq.pdf>

Acesso em: 20 de dezembro 2017.

MINAYO, M.C. DE S., **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**, 11º ed., São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M.C. DE S., **Pesquisa qualitativa: teoria, método e criatividade**; Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (org). 29.ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MORAES, R., **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, M. R. **Avaliação do Gerenciamento dos Resíduos de Saúde no Hospital Universitário Alcides Carneiro em Campina Grande-Pb**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, vinculado ao Centro de Tecnologia e Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, 126 p. 2013.

MORALES, Angélica Góis. **A Formação do Educador Ambiental: reflexões, Possibilidades e Constatações**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 7º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 202. 128p.

ORTEGA, M. Á. A., **La construcción del campo de la educación ambiental: análisis, biografías y futuros posibles.** Guadalajara-Jalisco: Editorial Universitaria, 2012.

PESSANHA, R.V.; CUNHA, F.T.S. **A aprendizagem-trabalho e as tecnologias de saúde na Estratégia Saúde da Família.** Texto Contexto Enferm, v. 18, n. 2, p. 233-40, 2009.

PIMENTEL, C.H.L. **Estudo sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços de saúde dos hospitais de João Pessoa – PE.**142p. 2006. Dissertação de Mestrado (Programa de pós-graduação em engenharia urbana) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

POZENATO, M. O., **Uma Proposta de Formação Ambiental Continuada para os Agentes de Gestão Ambiental (AGAs) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG),** 81 f. (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública** / José Silva Quintas. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo. Brasiliense. 2014.

RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 Publicada no DOU no 247, de 22 de dezembro de 1997, Seção 1, páginas 30841-30843. **Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso em: 21 abr 2017.

Resolução CONAMA nº 358 de 29 de abril de 2005. **Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil (Brasília).

Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA nº 306 de 07 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil (Brasília).

RIBEIRO FILHO,V.O. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. In: FERNANDES, A.T. et al. **Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde.** São Paulo, Atheneu, 2000. v.2, p.1156-1200.

RODRIGUES, E.A.C. Histórico das Infecções Hospitalares. In:RODRIGUES, E.A.C.et al. **Infecções hospitalares: prevenção e controle.** São Paulo: Sarvier, 1997. cap.1, p.3-27.

SALES, C. C. L.; SPOLTI, G. P.; LOPES, M. S. B.; LOPES, D. F. **Gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços de saúde: aspectos do manejo interno no município de Marituba, Pará, Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, n. 6, p. 2231-2238, 2009.

SERAPHIM, C. R. U. M. **Abordagem dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) na Formação Profissional dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem de Araraquara-SP**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Araraquara: Centro Universitário de Araraquara/UNIARA; 2010. 154 p.

SILVA, L.A.A.; FERRAZ, F.; LINO, M.M.; BACKES, V.M.S.; SCHMIDT, S.M.S. **Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem: perspectiva de uma práxis transformadora**. Rev Gaúcha Enferm., Porto Alegre (RS) set;31(3):557-61, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S., 1928- T759Í. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação** / Augusto Nivaldo Silva Trivinos. --São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Resolução 016/2011: **Plano Pedagógico Institucional**. Rio Grande, 2011. 12p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. **Plano de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde**. Campus Universitário da Saúde, área Acadêmica e Hospital Universitário. Rio Grande, 2016. 37p.

ANEXO A



Ministério da Educação e Cultura
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE

P O R T A R I A Nº 023/76

O Reitor da Fundação Universidade do Rio Grande, no uso de suas atribuições e, tendo em vista os relevantes serviços prestados à Universidade e à Comunidade pelo saudoso Prof. Miguel Riet Correa Jr., nesta data,

R E S O L V E :

- dar denominação de HOSPITAL DE ENSINO PROF. MIGUEL RIET CORREA JR., às dependências da Santa Casa, objeto de convênio com a Universidade e onde é ministrada a parte profissionalizante do Curso de Medicina.

DE-SE CIÊNCIA E CUMpra-SE

Reitoria da FURG, em
29 de março de 1976.


Prof. Eurípedes Falcão Vieira
REITOR

SUB-REITORIAS.-
CENTROS.-
DP.- NI.-
ARQ.-

Fonte: Arquivo Geral Universidade Federal Rio Grande

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE**

**Regimento do Hospital Universitário
Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.**

TÍTULO I

DA VINCULAÇÃO, DAS FINALIDADES E DAS CARACTERÍSTICAS

Art. 1º O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr. (HU) é um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Art. 2º O HU terá como finalidades:

- a) servir à implementação das políticas de formação de recursos humanos adotadas pela FURG, mantendo campo de estágio para cursos que tenham afinidades com o funcionamento e as necessidades do HU e promovendo a integração ensino-assistência;
- b) servir à implementação das políticas públicas de atenção à saúde, integrando-se com os órgãos federais, estaduais e municipais de assistência à saúde;
- c) contribuir para a formação de profissionais, respeitando normas éticas de conduta e exercício profissional;
- d) preparar e manter programas de qualificação profissional para servidores (técnicos e docentes) e discentes, com vistas à sistematização da assistência;
- e) promover e incentivar o desenvolvimento de programas de ensino, de pesquisa e de extensão na área da saúde;
- f) propor, apoiar e incentivar ações de humanização dos serviços, a fim de, interdisciplinarmente, proporcionar melhor acolhimento aos usuários, familiares e servidores.

Art. 3º O HU , como hospital geral, terá como características:

- a) atuar com base no conceito de atenção integral à saúde e de orientação preventiva, desenvolvendo ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença;
- b) atuar como hospital de referência nos limites da área de geo-referência;
- c) funcionar de forma articulada com as políticas da FURG, nos limites da lei e das normas estabelecidas.

TÍTULO II DAS ATIVIDADES

Art. 4º O HU atuará em conformidade com as políticas traçadas pelo Conselho Universitário da FURG e pelas políticas complementares formuladas por seu Conselho Diretor nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão, da atenção à saúde e da gestão hospitalar.

CAPÍTULO I DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

Art. 5º As políticas de ensino, de pesquisa e de extensão serão implementadas pelo desenvolvimento ou apoio às atividades integradas às funções de atenção à saúde, dirigidas a diferentes grupos através de programas e projetos aprovados pelo CONDIR, observadas as normas definidas pelos Conselhos Superiores.

CAPÍTULO II DA ATENÇÃO À SAÚDE

Art. 6º As políticas de atenção à saúde serão implementadas prioritariamente através da assistência aos beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS).

CAPÍTULO III DA GESTÃO

Art. 7º As políticas de gestão serão implementadas em consonância com as normas e diretrizes da FURG e das respectivas Pró-Reitorias, visando a fornecer informação, permitir controle e submeter-se a auditoria interna, de forma a avaliar resultados nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de atenção à saúde e de gestão hospitalar.

TÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 8º O HU terá a seguinte estrutura organizacional:

- a) Conselho Diretor;
- b) Direção Executiva,
- c) Coordenações de Área.

CAPÍTULO I DO CONSELHO DIRETOR

Art. 9º O Conselho Diretor (CONDIR) é o órgão deliberativo do HU destinado a traçar políticas e funcionar como instância de recurso, em consonância com as normas e diretrizes da FURG.

Art. 10 O CONDIR será constituído:

- a) pelo Reitor;
- b) pelo Vice-Reitor;
- c) pelo Diretor Geral do HU;
- d) pelo Diretor da Faculdade de Medicina;
- e) pelo Diretor da Escola de Enfermagem;
- f) pelo Coordenador do Curso de Medicina;
- g) pelo Coordenador do Curso de Enfermagem;
- h) pelo Coordenador da Comissão de Residência Médica (COREME);
- i) por dois representantes dos docentes da Faculdade de Medicina, que atuem no HU, eleitos por seus pares;

- j) por dois representantes dos docentes da Escola de Enfermagem, que atuem no HU, eleitos por seus pares;
- k) por um representante dos docentes do Instituto de Ciências Biológicas, que atuem no HU, eleito por seus pares;
- l) por dois representantes dos servidores técnico-administrativos em educação do HU, eleitos por seus pares;
- m) por um representante dos discentes dos cursos de graduação da área da saúde, eleito por seus pares;
- n) por um representante dos discentes dos cursos de pós-graduação da área da saúde, eleito por seus pares;
- o) por um representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- p) por um representante dos usuários do HU, integrante do Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º O mandato de cada membro representante eleito será de dois (2) anos, sendo permitida a recondução.

§ 2º Cada membro representante do CONDIR terá um suplente.

Art. 11 O funcionamento do CONDIR será disciplinado no seu regimento interno.

Art. 12 Das decisões do CONDIR caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias úteis, aos Conselhos Superiores.

CAPÍTULO II DA DIREÇÃO EXECUTIVA

Art. 13 A Direção Executiva do HU será integrada por um Diretor Geral, um ViceDiretor e um Administrador Hospitalar.

§ 1º O Diretor Geral e o Vice-Diretor do HU serão servidores docentes da FURG, em regime de 40 horas semanais ou Dedicação Exclusiva, com experiência na área de saúde.

§ 2º O Administrador Hospitalar será indicado pelo Diretor Geral e referendado pelo

CONDIR.

Art. 14 A Direção Executiva será responsável pela implementação e aplicação das políticas definidas pelo CONDIR, em consonância com as diretrizes dos Conselhos Superiores da FURG e com a legislação vigente, através do planejamento, da operação e do controle das atividades que se realizam no HU.

CAPÍTULO III

DAS COORDENAÇÕES DE ÁREA E UNIDADES DE TRABALHO

Art. 15 As Coordenações de Área (de Medicina, de Enfermagem e de Infraestrutura) serão responsáveis pela integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão, atenção à saúde no âmbito do HU, em consonância com as políticas definidas pelo CONDIR.

Parágrafo único. Os Coordenadores de Área do HU serão servidores da FURG, em regime de 40 horas semanais ou Dedicação Exclusiva, com formação superior e experiência na área de saúde.

Art. 16 As Unidades de Trabalho serão estruturas operacionais das Coordenações de Área.

Art. 17 A organização em Coordenações de Área e em Unidades de trabalho objetivará:

- a) favorecer os processos de sistematização da assistência;
- b) limitar o número de níveis hierárquicos, simplificando trâmites e comunicação intraorganizacional;
- c) aproximar a tomada de decisões da Direção Executiva ao nível operacional das atividades finalísticas;
- d) facilitar o acesso entre as diferentes Unidades de Trabalho;
- e) simplificar o processo de análise de problemas e a tomada de decisão.

Art. 18 Cada Coordenação de Área elaborará suas normas internas de funcionamento e as submeterá ao CONDIR, definindo as respectivas Unidades de Trabalho, bem como seu funcionamento, atribuições e forma de escolha de suas chefias.

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO

Art. 19 Os candidatos a Diretor Geral e Vice-Diretor do HU deverão possuir conhecimento da organização sanitária nacional, estadual e municipal, das normas da FURG e das legislações aplicáveis ao campo da atenção à saúde, avaliados com base em critérios definidos pelo CONDIR.

Art. 20 O processo de eleição do Diretor Geral e do Vice-Diretor será coordenado pelo CONDIR, através de comissão especial, formada por seus membros e representada na forma prevista pela legislação vigente.

Parágrafo único. Para a composição do Colégio Eleitoral que escolherá a Direção Executiva serão considerados apenas servidores da FURG que atuam no HU e os discentes regularmente matriculados nos cursos da área da saúde.

Art. 21 Em reunião específica, o CONDIR homologará o resultado e o encaminhará ao Reitor para designação.

Art. 22 O mandato do Diretor Geral e do Vice-Diretor será de 4 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 23 O processo de eleição do Diretor Geral e do Vice-Diretor dar-se-á no período de 1º de novembro a 10 de dezembro do ano anterior ao da posse do Reitor.

SEÇÃO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 24 As atividades do Diretor Geral, do Vice-Diretor e dos Coordenadores de Área serão definidas e reguladas pelo CONDIR em deliberação específica.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atividades a serem definidas pelo CONDIR, cabe aos membros da Direção Executiva:

- a) cumprir e fazer cumprir este Regimento;
- b) apresentar, anualmente, ao CONDIR e à Reitoria, relatório de atividades;
- c) aplicar, nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, de atenção à saúde e de gestão hospitalar, as políticas aprovadas pelos Conselhos Superiores da FURG e pela legislação do setor da saúde;
- d) aplicar os princípios das políticas de saúde pública;
- e) estabelecer mecanismos de inter-relação e coordenação com os gestores contratualizados e com outras instituições de saúde;

- f) propor planos, programas e orçamento e encaminhá-los ao CONDIR e à Reitoria;
- g) aplicar princípios e métodos de organização dos processos de trabalho e de sistematização da assistência;
- h) exercer controle e avaliar atividades e resultados;
- i) estimular e facilitar o desenvolvimento de programas de ensino, de pesquisa e de extensão;
- j) propor ao CONDIR a criação de novas unidades, de acordo com as necessidades funcionais do HU.

SEÇÃO III DOS IMPEDIMENTOS

Art. 25 Nos impedimentos do Diretor Geral, assumirá o Vice-Diretor.

Art. 26 Em caso de vacância do cargo de Diretor Geral ou Vice-Diretor, proceder-se-á a nova eleição para o respectivo cargo.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES E ASSESSORIAS

Art. 27 A Direção Executiva poderá contar com o trabalho de:

- I. especialistas do quadro de pessoal da FURG para integrar comissões ou prestar assessoria técnica, ouvidas as unidades de lotação;
- II. especialistas de fora do quadro da FURG, por tempo determinado, para integrar comissões ou prestar assessoria técnica, respeitada a legislação vigente, mediante autorização do CONDIR.

Parágrafo único. As comissões e assessorias estarão subordinadas à Direção Executiva.

Art. 28 A Direção Executiva deverá propiciar condições para o funcionamento das comissões e assessorias que instalar, respeitando a legislação vigente.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 O presente Regimento poderá ser modificado mediante proposta acolhida por dois terços dos membros do CONDIR e aprovação do CONSUN.

Art. 30 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo CONDIR, respeitados os limites legais e em consonância com as decisões dos Conselhos Superiores da FURG.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 31 O Reitor atuará junto à Direção Executiva do HU, coordenando e supervisionando os atos necessários para que o processo de implantação da estrutura organizacional se inicie num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a designação da Direção.

Art. 32 O mandato da Diretoria Executiva será compatível com o mandato do Reitor, em consonância com o Art. 23 deste Regimento.

Art. 33 As atividades do Diretor Geral, do Vice-Diretor, do Administrador Hospitalar e dos Coordenadores de Área serão definidas pelo CONDIR no prazo máximo de 30 (trinta dias) da posse da Direção Executiva.

Art. 34 A este Regimento se aplicarão, no que couberem, os parâmetros vigentes no processo de contratualização, conforme Portaria Interministerial 2400, de 02 de outubro de 2007.

Art. 35 Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário, revogadas as disposições em contrário.

Fonte: <http://www.conselhos.furg.br/converte.php?arquivo=estatuto/regimhu.htm>

APENDICE A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORREA JR. – HU FURG

Pesquisador Responsável: Cilene de Oliveira Ortiz

Telefone para contato do pesquisador (a): (53) 99951-4900

Orientadora: Dione Iara Silveira Kitzmann

E-mail: docdione@furg.br

A metodologia de participação na pesquisa é através de **Entrevista**. Esclarecemos que a participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Assumimos o compromisso de uso ético e acadêmico dos resultados desta entrevista.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE OU DO(A) RESPONSÁVEL PELO(A) PARTICIPANTE:

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa acima referida. Fui informado (a) pela pesquisadora Cilene de Oliveira Ortiz dos objetivos da mesma de maneira clara e detalhada, esclareci minhas dúvidas. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Rio Grande, ____ de _____ de 2018.

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do (a) pesquisador(a): _____

Universidade Federal do Rio Grande

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Este Roteiro faz parte da coleta de dados da dissertação de mestrado cujo título; EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE GESTÃO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA JR – HU FURG que tem por objetivo reconhecer as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr em relação à Educação Ambiental na gestão de resíduos de serviço de saúde.

IDENTIFICAÇÃO

Setor de trabalho:

Cargo ocupado:

Vínculo empregatício: () Concursado () Faltoso ()

Outro _____

Sexo: () Feminino () Masculino

Tempo de serviço: () No setor () Na profissão () No HU-FURG

Graus de escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Técnico () Superior () Pós-Graduação

RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE

1. Em sua opinião, qual o grau de impacto dos resíduos de serviço de saúde gerados no HU-FURG?

2. O Sr(a) tem formação ou experiência no tema de gestão de resíduos hospitalares? Caso sim, detalhar.
3. O Sr(a) conhece o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde do HU-FURG? Tem envolvimento com o mesmo?
4. Qual a importância do mesmo para o HU-FURG? Por quê?
5. Na sua unidade, há problemas na gestão de resíduos? Quais seriam?
6. E no HU-FURG como um todo, há problemas na gestão de resíduos?
7. O sr(a) já presenciou algum acidente com manejo de resíduos nesta instituição? Que tipo de acidente?
8. O sr(a) já recebeu algum tipo de capacitação referente ao gerenciamento de resíduos? Qual?
9. O sr(a) acha que a educação ambiental pode contribuir para a gestão do GRSS? Caso sim, explique como.
10. Qual o papel dos funcionários na gestão de resíduos no HU-FURG?
11. Há um setor específico para a gestão dos resíduos no HU-FURG?
Sim () Não () Qual seria?
12. Os funcionários da sua unidade recebem algum tipo de formação para esta atividade?
Sim () Não () Não sei ()
13. O sr(a) poderia apontar alguma sugestão de formação em gestão de resíduos no HU-FURG?

